O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Sobre a mesa requerimento de inversão de pauta no seguinte teor:

> "Sr. Presidente, requeremos, nos termos do art. 83, parágrafo único, inciso II, alínea 'd', do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a Ordem do Dia obedeça a seguinte ordem: item 2, MP 352-A/07; e item 3, MP 351/07, renumerando-se os demais".

Assina o Deputado Colbert Martins.

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

REDAÇÃO FINAL

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Para encaminhar, concedo a

palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde, que falará a favor da matéria.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, qual a razão que levou o Deputado Colbert Martins a solicitar inversão

de pauta dessa medida provisória? Porque o relatório dessa medida provisória já foi

acordado, ajustado, negociado, atendidas quase todas as emendas a ele

apresentadas.

É uma importante medida provisória, porque trata da modernização do parque

tecnológico brasileiro, dando incentivo fiscal para que empresas de tecnologia

possam produzir no País microprocessadores, chips, TV digital. Essa é a base para

fortalecer a TV digital.

Por esta razão, está sendo requerida inversão de pauta, entendendo-se que

já existe acordo.

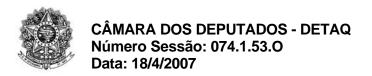
No tocante à medida provisória que se quer substituir neste momento,

existem alguns acertos ainda a serem feitos, que poderiam causar polêmica em

plenário. Portanto, propomos um diálogo com todos os partidos da Oposição para

que acolham essa inversão de pauta. Por isso vamos debater e aprovar essa

medida provisória.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Em votação o requerimento.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Orientação de bancada.

Como vota o PTdoB? (Pausa.)

Como vota o PSOL? (Pausa.)

Como vota o PV? (Pausa.)

Como vota o PPS? (Pausa.)

Como vota o PR?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota "sim", até porque a Medida Provisória nº 352, que trata da TV digital e equipamentos, já está com o relatório pronto.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Como vota o PPS?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PPS quer votar todas as matérias. Até aproveito para cobrar de V.Exa., como integrante da Mesa, o requerimento que apresentei pedindo que os relatórios fossem entregues antes da sua apreciação. Até hoje não recebemos o relatório da Medida Provisória nº 340. Sugiro que a Mesa, utilizando-se de suas prerrogativas regimentais e considerando que não há relatório, convide outro Relator para fazê-lo.

Já que retiraram a Medida Provisória nº 340, concordamos com a inversão de pauta. Mas é preciso que apresentem os relatórios. Sem relatório não é possível votar, Sr. Presidente! Esta Casa está com 1% de credibilidade. Não faz o mínimo que tem de ser feito, que é entregar os relatórios para o debate. Se não conseguimos fazer isso, como o povo vai acreditar na Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Como vota o PP?

Montagem: 4171/4176

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Ordinária - CD

O SR. ZONTA (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP, tendo em vista que a Medida Provisória nº 352 já teve seu relatório lido ontem, vota "sim", pela inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Como vota o Democratas?

O SR. JOÃO OLIVEIRA (PFL-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Democratas já está seguro de que votará contrário.

Farei um relato de tudo isso. Quanto à Medida Provisória nº 352, já entramos com recurso mostrando sua inconstitucionalidade. O Democratas, além de obstruir por motivo justo, observa que também V.Exas. estão obstruindo por falta de relatoria.

Por exemplo, a Medida Provisória nº 340 era para estar em pauta, mas não foi relatada. Não se pode falar dela. Isso significa que o Parlamento precisa trabalhar melhor, em vez de ficar repetindo apenas que estamos dificultando.

Estamos em defesa do povo brasileiro e, por isso, nos posicionamos contrários.

- O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) Para concluir, como vota o Democratas?
- O SR. JOÃO OLIVEIRA Já informamos que votamos contrários, mas gostaríamos só de informar...
- O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) Orientação é só 1 minuto, Ilustre Líder.
- O SR. JOÃO OLIVEIRA Sr. Presidente, já concluímos, então, entendendo que V.Exa. é bastante democrata.

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

REDAÇÃO FINAL

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Como vota o PSDB?

O SR. LEONARDO VILELA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, mais uma vez, estamos sem relatório de duas medidas provisórias:

o da Medida Provisória nº 340 e o da Medida Provisória nº 351. Por isso, o Governo

quer votar a Medida Provisória nº 352.

É importante ressaltar que todos os Relatores pertencem a partidos da base

do Governo.

Portanto, ao deixar de apresentar os pareceres no tempo devido, a base do

Governo é quem obstrui, atrasa e atrapalha os trabalhos de votação da Câmara dos

Deputados. Se os Relatores fossem da Oposição, com certeza os pareceres já

teriam sido entregues e estariam disponíveis para que os Deputados pudessem

discuti-los.

Infelizmente, Sr. Presidente, já se tornou prática comum nesta Casa os

Relatores não entregarem os pareceres, o que nos leva a apresentar requerimentos

de adiamento de votação, de retirada de pauta e de preferência.

Sr. Presidente, o PSDB está aqui para votar. Quer debater e votar as medidas

provisórias. Com essa ressalva, com esse protesto, o partido vota "sim", porque quer

trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Como vota o PV?

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, uma vez que o Relator já teve oportunidade de ler o seu parecer, sem

dúvida alguma, o PV votará "sim", até por medida de economia processual.

Ora, como temos em mãos o parecer, que já foi lido, não temos do que

reclamar.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

Por isso, o Partido Verde vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - O PV vota "sim".

Como vota o Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN/PHS/PRB?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Pela ordem. Sem

revisão da oradora.) - Sr. Presidente, acabo de ouvir o encaminhamento do

Deputado Leonardo Vilela, do PSDB, contrário à preferência.

Estranho a argumentação utilizada por S.Exa. Disse o Deputado que os

Relatores, sobretudo os que pertencem aos partidos da base aliada do Governo

Federal, não apresentam os pareceres com antecedência suficiente para que todos

os Parlamentares, as assessorias dos partidos políticos e as Lideranças possam

analisá-los. Ora, é exatamente por essa razão que entendemos ser necessária a

aprovação do requerimento que votaremos em seguida, uma vez que ninguém pode

votar nem esta nem outra matéria qualquer sem ter pleno conhecimento do seu

conteúdo.

O Deputado Leonardo Vilela deve ter saído muito cedo da sessão realizada

ontem, ou dela não deve ter participado, já que não viu a apresentação e a leitura do

parecer à Media Provisória nº 352, cujo Relator é o Deputado Átila Lins, que está

aqui no plenário. O parecer à Medida Provisória nº 352 já foi publicado, após ter sido

lido na sessão de ontem, e é importante que votemos a matéria o mais rapidamente

possível.

Por isso, Sr. Presidente, nós votamos a favor da preferência, para

apreciarmos a Medida Provisória nº 352.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Como vota o PT?

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

REDAÇÃO FINAL

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, pretendemos aprovar as medidas provisórias que compõem o PAC,

que são importantíssimas.

As medidas provisórias a que os Deputados estão se referindo são muito

complexas, pois tratam de matéria tributária, e estão sendo negociadas. A Oposição

tanto reclama de atropelo, que agora o Governo está negociando, inclusive com ela.

Além disso, há que se ressaltar que nem todos os Relatores são do Governo;

Parlamentares da Oposição também relataram medidas provisórias, inclusive

tiveram oportunidade de pedir prazo, suspensão e de negociar. Isso é natural no

processo.

O parecer à medida provisória objeto do pedido de preferência já foi lido

ontem pelo Relator e publicado. Até em respeito ao princípio da economia

processual, é mais do que racional invertermos a pauta para apreciá-la e votá-la.

Isso é muito melhor do que deixar de votar, porque os outros pareceres estão sendo

negociados.

Portanto, não há por que a Oposição ser contrária ao requerimento de

preferência, que é salutar para a Casa, que precisa votar as medidas provisórias, a

fim de limpar a pauta e poder votar a proposição que concede o aumento de 1%

para os Prefeitos, tão reclamado pela Oposição. Afinal, o Presidente Lula e todos

nós assumimos o compromisso de aprovar tal aumento.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - O PT vota "sim".

Como vota o Bloco Parlamentar PMDB/PTB/PSC/PTC?

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, sem obstrução, até porque todos querem inverter a pauta,

votamos "sim". E vamos à matéria!

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Como vota a Liderança da Minoria?

(Pausa.)

Como vota a Liderança do Governo? (Pausa.)

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PSOL se sente bem preparado para apreciar tanto a Medida

Provisória nº 351, acerca da qual tem uma visão bastante crítica, quanto essa a que

se pretende dar prioridade.

Fundamental é termos o parecer, fazermos a boa discussão — que às vezes

é interrompida — e agilizarmos a apreciação dos itens da pauta.

Também entendemos que as medidas provisórias têm um defeito congênito:

são apreciadas quando já estão sendo praticadas. E não há registro, que eu saiba,

de medida provisória rejeitada, de dinheiro devolvido, de ressarcimento de imposto,

de renúncia fiscal que se torne proativa.

Por isso, temos que adotar um princípio prático, sem abrir mão do princípio

inerente ao Parlamento, que é o da boa discussão, do bom debate.

Nesse sentido, aceitamos a preferência. No entanto, queremos que ela

signifique também bom debate, aprofundamento, divergência forte e explicitada, e

não o mero amém ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Como vota a Minoria?

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, a Minoria acompanha o voto "sim".

No entanto, quero deixar claro que a base do Governo tem que produzir e

apresentar os pareceres, para que as matérias possam ser votadas. A Minoria

também tem vergonha de o Brasil ser o lanterninha do crescimento em toda a

América do Sul e está dando ao Governo a oportunidade de ter instrumentos para

promover crescimento econômico.

Sr. Presidente, este requerimento de preferência foi apresentado em razão de

as demais medidas provisórias não estarem prontas para ser votadas.

Por isso, encaminhamos o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Como vota a Liderança do

Governo?

O SR. BETO ALBUQUERQUE (Bloco/PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, de vez em quando ouço alguns discursos que me dão a

impressão de que o Brasil, há pouco tempo, tinha taxa de juros e Risco Brasil

menores do que os atuais, mais empregos, mais desenvolvimento, controle

inflacionário, PIB gigantesco. Isso infelizmente não é verdade. A realidade do País

hoje é, indiscutivelmente, melhor, tanto que poderemos investir 500 bilhões de reais

no Programa de Aceleração do Crescimento — PAC.

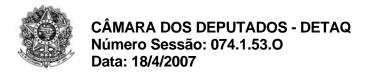
O requerimento de preferência, Sr. Presidente, deve-se à lógica: nós

encerramos a sessão de ontem com a leitura do parecer à Medida Provisória nº 352.

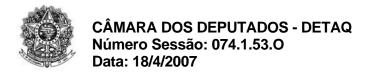
Portanto, é natural que prossigamos na discussão, votação e aprovação da matéria

que trata dos semicondutores e da TV digital.

A Liderança do Governo vota "sim", Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O SR. JOÃO OLIVEIRA (PFL-TO.) - Sr. Presidente, solicitamos verificação de votação.

Aproveitamos para orientar os Democratas a se manterem em obstrução.

O SR. NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, o pedido de verificação da votação é intempestivo.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Ele está correto, Deputado, pois foi feito assim que proclamamos o resultado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA.) - Então, solicito que a verificação seja feita de forma conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Está concedida a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema

eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.

O SR. ZONTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZONTA (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Convocamos todos os Parlamentares do Partido Progressista a virem ao plenário votar "sim" a este requerimento de preferência.

O SR. DR. UBIALI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, a Liderança do Bloco convida os seus integrantes a comparecerem ao plenário para votar "sim" neste requerimento de preferência.

Montagem. 417 1/4170

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - A Mesa convoca todos os Parlamentares que se encontram nos gabinetes a vierem ao plenário, pois estamos em processo de votação nominal.

Durante o processo de votação vamos dar a palavra àqueles que se inscreveram para breves comunicações.

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

REDAÇÃO FINAL

O SR. MANATO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MANATO (Bloco/PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje venho à tribuna para fazer uma reflexão.

Nos últimos tempos, está ocorrendo em todos os quadrantes do planeta um

fenômeno que merece a reflexão de todos nós. Talvez motivados pelos riscos do

impacto ambiental, os governantes se preocupam com a possibilidade de que, em

curto prazo, venha faltar água para boa parte da população mundial. Trata-se de um

tema que deveria pautar o nosso cotidiano há muitos anos, pois essa ameaça é

extremamente grave.

Há algumas semanas, o Jornal Nacional, da Rede Globo, vem divulgando

matérias sobre o risco que corremos de faltar água potável em boa parte do planeta.

São reportagens contundentes, cientificamente embasadas e desprovidas de

qualquer parcialidade. A Rede Globo está prestando um serviço inestimável a toda a

população com os alertas que essas matérias contêm. Como formadora de opinião,

o impacto na sociedade é imediato.

Não obstante o Brasil ocupar posição privilegiada em termos de recursos

hídricos, não temos, no entanto, muito o que comemorar. O que desperdiçamos hoje

será, no futuro, motivo de choro e ranger de dentes, sobretudo porque carecemos de

uma política eficiente na área de saneamento básico, que constitui um dos nossos

maiores desafios em nosso almejado processo de modernização.

Nenhum país que pretenda se inserir no Primeiro Mundo pode prescindir de

dotar toda a sua população de água tratada, rede de esgoto e coleta de lixo.

Impossível, por exemplo, atingir um nível satisfatório de saúde pública com esgoto

Data: 18/4/2007

Montagem: 4171/4176

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Ordinária - CD

correndo a céu aberto em todas as nossas cidades, causando, conseqüentemente,

diversos tipos de doenças, principalmente nas crianças. Quando todas as nossas

cidades contarem com esse serviço de saneamento básico, o sistema de saúde terá

sua demanda consideravelmente reduzida, assim como os gastos.

Sr. Presidente, para cada real investido em saneamento básico, economizam-

se 3 reais na área de saúde. Por isso, a adoção de efetiva política de saneamento

básico trará inestimáveis benefícios para o País. Os mananciais hídricos do País

serão preservados, e poderemos conservar o inestimável patrimônio que possuímos.

Não podemos desperdiçar o recurso natural que será, no futuro, mais escasso e

mais caro, a água, sem a qual nenhuma vida será mantida no planeta.

Saneamento básico é fonte de crescimento, é geração de emprego, é saúde

para todos. Não podemos mais conceber que pouco mais de 50% dos domicílios do

Brasil tenham saneamento básico adequado e que mais de 30 milhões de brasileiros

continuem sem acesso à água tratada.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD

REDAÇÃO FINAL

Montagem: 4171/4176

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Pela ordem. Sem

revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, pela manhã, os

Deputados Marcelo Serafim, Sebastião Bala Rocha, Carlos Souza e eu dirigimos

uma audiência pública conjunta da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e

de Desenvolvimento Regional, e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável, que contou com a participação do Ministro e Deputado licenciado,

Geddel Vieira Lima, e Parlamentares de outras Comissões.

O objetivo da audiência pública era debater assuntos relativos ao Programa

de Aceleração do Crescimento — PAC, sobretudo nas Regiões Norte e Nordeste.

Dentre os temas, os projetos de transposição do Rio São Francisco e da

criação das novas SUDAM e SUDENE.

O debate foi extremamente profícuo. Tivemos a possibilidade de ouvir a

opinião do Ministro Geddel Vieira Lima acerca desses problemas, que são, sem

dúvida alguma, questões centrais na política de integração nacional e de

desenvolvimento regional. Na oportunidade, tivemos a certeza de que em breve

comemoraremos a instalação das novas SUDAM e SUDENE, que irão substituir a

ADA e a ADENE.

Não podemos prescindir, de forma alguma, de agências de desenvolvimento

regionais que trabalhem com incentivo como forma de ajudar a alavancar o

desenvolvimento de nossas regiões.



J

Cumprimento o Deputado Nilson Pinto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, todos os Parlamentares e o Ministro pela bela reunião que realizamos hoje pela manhã.



O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Em nome da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, cumprimento as Profas. Joseane e Luciana e os alunos do Colégio Origem, do Núcleo Bandeirante, que nos visitam nesta tarde.

Sejam muito bem-vindos à Câmara dos Deputados.

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

REDAÇÃO FINAL

O SR. EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Narcio Rodrigues) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, meus caros pares, realiza-se hoje em Brasília ato que contará com

a participação de diversas etnias indígenas brasileiras.

De 1991 a 2007, o País viu sua população indígena crescer de 300 mil para

750 mil indivíduos e o número de suas etnias de 215 para 240. No entanto, a

qualidade de vida dessas populações não tem sido satisfatória.

Da Conferência dos Povos Indígenas, realizada no ano passado, foram

tiradas diversas deliberações, entre elas a constituição do Conselho Nacional de

Política Indigenista, com a atribuição de deliberar sobre políticas efetivas e

afirmativas para o desenvolvimento das populações indígenas, resgatando 500 anos

de exclusão étnica no Brasil.

São notórias as dificuldades da tramitação no Congresso Nacional de

matérias que digam respeito à população indígena, do que é exemplo do Estatuto

dos Povos Indígenas, em tramitação nesta Casa há 13 anos.

Manifestação a ser levada a efeito hoje, em frente ao Ministério da Justiça,

contará com a participação de cerca de 300 indígenas vindos de todo o País e terá

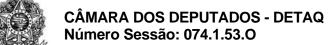
por objetivo dar mais visibilidade ao problema. E o Parlamento brasileiro não pode

ficar alheio a essa situação, sem lhe dar a devida atenção.

A Constituição Federal determinou que a União demarcaria as terras

indígenas. No entanto, existe uma imensa lacuna entre o que já foi feito e o que

ainda está por fazer. Tudo isso não sairá do papel se ações competentes, sejam



Data: 18/4/2007

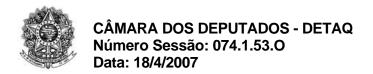
REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

elas do Poder Executivo, sejam elas do Poder Legislativo, não forem implementadas.

Por esta razão, convido os colegas Parlamentares a participarem desse ato político em prol dos povos indígenas que ocorrerá hoje, às 17h30min, em frente ao Ministério da Justiça. Além da adesão, peço principalmente a cada Parlamentar não índio que tenha a sensibilidade de apoiar a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas que está sendo constituída na Casa.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Narcio Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Arlindo Chinaglia, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vou encerrar a votação.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem,

para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Reclamação. Sem revisão

do orador.) - Sr. Presidente, peço a atenção de V.Exa. para notícia divulgada em

meia página pelo Jornal da Câmara de hoje sobre a matéria aprovada na sessão de

ontem.

Para aprovar a Medida Provisória nº 349, de 2007, a Casa realizou uma

sessão extraordinária de manhã, uma sessão ordinária à tarde, com prorrogação, e

uma sessão extraordinária à noite.

Ora, não posso admitir que a principal atividade da Casa no dia ontem receba

apenas meia página do Jornal da Câmara, e que não destaque o contraditório

ocorrido em torno da discussão da matéria, nem o resultado da votação, que foi

nominal.

Tive o cuidado de reclamar a respeito com o funcionário da editoria do jornal,

o qual me informou que era assim mesmo: o editor dava à matéria a importância que

acreditava ter.

Sr. Presidente, isso pode até ocorrer num jornal normal, mas não no Jornal da

Câmara, que tem de compreender e expressar a parte mais importante dos

trabalhos da Casa. E, salvo melhor juízo, ontem foi a votação da Medida Provisória

349, de 2007, que, não obstante o fato de ter chamada de primeira página, num

jornal de 8, não merecia apenas meia página.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

Acho isso lamentável. É pouco caso com o nosso esforço. Nós, que já temos

tão pouco espaço na mídia, estamos reduzidos a essa desimportância pelo próprio

Jornal da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Arnaldo Faria de Sá,

registro a reclamação a V.Exa.

Infelizmente, ainda não tive oportunidade de ler o jornal. De qualquer maneira,

informo a V.Exa. e ao Plenário que, primeiro, a Mesa Diretora tem plena consciência

de que a comunicação na Câmara dos Deputados deve ter sentido democrático, de

noticiar conteúdos que retratem a realidade da Casa, em seus múltiplos aspectos.

Segundo, essa lacuna já foi detectada por integrantes da Mesa Diretora.

Aliás, foi até proposto a criação de um Conselho Editorial para os meios de

comunicação da Casa — e longe de qualquer um de nós a idéia de uma

comunicação chapa branca.

Terceiro, também há unanimidade na Mesa Diretora de que, para o trabalho

cotidiano da imprensa, não há necessidade de ter comunicação da Casa — são

funções diferentes —, e a comunicação institucional, em certo sentido, é até mais

exigente.

Portanto, ao acolher a reclamação de V.Exa. com a atenção devida, saliento

que a questão já está sendo discutido na Mesa Diretora. A propósito, convido V.Exa.

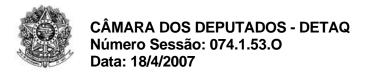
a nos ajudar, caso deseje, porque vai ser designada uma comissão para estudar o

tema, convocar profissionais da área, inclusive da iniciativa privada, a fim de

dispormos de uma melhor comunicação, no sentido maior do termo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, sobre a matéria específica

a que me referi, falei 5 vezes na sessão de ontem — admissibilidade,



inconstitucionalidade, encaminhamento — e não há nenhuma citação a meu nome. Só os Parlamentares mais atuantes são citados.

É lamentável esse tipo de avaliação. A partir dessa postura do *Jornal da Câmara*, vou me negar a dar qualquer entrevista e a responder a qualquer convite, uma vez que já existe a prévia avaliação de não me considerar um Deputado atuante.

O SR. MAURÍCIO RANDS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, convoco os Deputados e Deputadas do PT que ainda não votaram para virem fazê-lo.

Aproveito para informar aos Parlamentares que já votaram que a reunião da bancada continua. Peço-lhes que compareçam.

O SR. NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que dê prosseguimento à concessão da palavra pela ordem.

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

REDAÇÃO FINAL

O SR. AFONSO HAMM - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V. Exa. a palavra.

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para destacar o

centenário de fundação Guarany Futebol Clube, uma das mais antigas e tradicionais

agremiações esportivas do Rio Grande do Sul, fundada no dia 19 de abril de 1907. A

iniciativa partiu de um grupo de 11 amigos que, reunidos na Praça da Matriz de

Bagé, escolheram esse nome inspirados na ópera O Guarani, do reconhecido

compositor Carlos Gomes.

O Guarany figura em posição de destaque no contexto esportivo do Estado.

Tendo sido várias vezes campeão municipal e da região da Campanha, detém a

primazia de ter sido o único clube do interior a conquistar por 3 oportunidades o

título estadual, feito alcançado nas temporadas de 1920, 1938 e 2006.

Entre 1907 a 2007, o Guarany disputou 2.835 jogos, com 1.231 vitórias, 746

empates e 858 derrotas. Marcou 4.484 gols e sofreu 3.330. O alvi-rubro bajeense já

enfrentou as seleções do Uruguai, do Paraguai e da Rússia. Em 2006, foi campeão

estadual da série B, e neste ano passou a disputar a Série A.

Seu primeiro presidente foi Carlos Garrastazu, e atualmente ele é comandado

pelo empresário Ademar Batistella.

O Guarany é o legítimo celeiro de craques. De suas fileiras saíram jogadores

como Branco — companheiro de clube do nosso colega Deley, ex-jogador

profissional de futebol —, Candiota, Leivas, Martim Silveira, Raul e Carlos Calvet,

Tupanzinho, Vicente, Saulzinho, Dejair e muitos outros. Também acolheu craques

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

como Salvador Rubilar, Lugano, Gilberto Andrade, João Borges, Abilio Chaves, Solis

Rodrigues, Sérgio Cabral e outros esportistas.

O estádio do clube, titulado Antonio Magalhães Rossel, foi assim denominado

em homenagem ao saudoso patrono do Guarany. No entanto, o local é conhecido

como Estrela D'alva e tem um dos melhores gramados do Estado.

O grande adversário desse time é o Grêmio Esportivo Bagé, fundado em 5 de

agosto de 1920 — clube de que fui jogador em 1985. Essas 2 agremiações

esportivas fazem um dos maiores clássicos do interior do Estado, o Ba-Gua. O Bagé

também já foi campeão gaúcho e detém inúmeros troféus, como o de campeão da

Copa Governador, em 1974.

Deixo aqui, portanto, Sr. Presidente, o registro dos 100 anos do alvi-rubro

bajeense marcado por vitórias no cenário local, regional e estadual.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado nos

órgãos de comunicação da Casa e no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Está encerrada a votação.

A Mesa vai anunciar o resultado: 344 votos "sim"; 1 abstenção. Total: 345 votos.

O REQUERIMENTO FOI APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Item 3.

Medida Provisória nº 352-A, de 2007

(Do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 352-A, de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados; tendo parecer do relator da Comissão Mista, proferido em Plenário, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e das Emendas de nºs 2, 17, 33, 35, 36, 38, 40 e 46 a 50, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 3 a 16, 18 a 32, 34, 37, 39, 41 a 45 e 51 a 54 (Relator: Dep. Átila Lins).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

"Senhor Presidente, requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno, a retirada de pauta da MP 352/07, constante do item 9 da presente Ordem do Dia".

Assina o Líder Onyx Lorenzoni, Líder do Democratas.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a

palavra ao nobre Deputado Dr. Ubiali, que falará contra a matéria.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, precisamos fazer a pauta avançar, até porque o assunto de

que trata a Medida Provisória nº 352 é de suma importância para o País. A MP em

referência dispõe sobre incentivos à indústria de equipamentos para TV digital, o

que fará com que o País se desenvolva nesse particular e passe a ter uma indústria

de informática de Primeiro Mundo.

Portanto, nada que protele a votação dessa MP deve ser considerado. Pelo

contrário, já tarda a votação da matéria, visto que é urgente a entrada do País nesse

mercado de forma ampla e firme.

É indispensável que essa questão seja definida de uma vez por todas e que

parem com esses procedimentos protelatórios em relação a matéria tão importante

para o País, uma vez que ela permitirá que de fato desenvolvamos uma tecnologia

de ponta na área de informática.

Assim sendo, somos contrários à retirada de pauta dessa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

O SR. AUGUSTO FARIAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

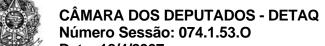
O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AUGUSTO FARIAS (Bloco/PTB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei conforme a orientação do partido.

O SR. CAMILO COLA (Bloco/PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei conforme orientação do meu partido na votação anterior.

O SR. LINDOMAR GARÇON (PR-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -Sr. Presidente, votei de acordo com o meu partido.

O SR. SÉRGIO BRITO (Bloco/PDT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei de acordo com o meu partido.



Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a

palavra ao nobre Deputado João Oliveira, que falará a favor da matéria.

O SR. JOÃO OLIVEIRA (PFL-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas é a favor do requerimento. Aliás, o partido entrou com uma ADIN no Supremo Tribunal Federal argüindo a inconstitucionalidade de diversos artigos da medida provisória, a saber: o que viola o princípio da reserva legal, ao atribuir ao Poder Executivo competência para normatizar, por decreto, os benefícios fiscais a que as empresas teriam direito; o que retira do Poder Legislativo a prerrogativa de fixar em lei quais benefícios as empresas terão direito — modelo chavista de legislar; o que institui tributos a serem cobrados pela INPI sem esclarecer na lei qual

É este o motivo pelo qual somos pela aprovação do requerimento, Sr. Presidente. Depois disso, manteremos a obstrução.

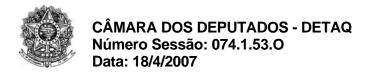
a base de cálculo ou alíquota, o que será decidido pelo próprio INPI.

O SR. JAIME MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

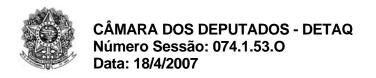
O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JAIME MARTINS (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, na votação anterior, votei conforme orientação do partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

REJEITADO.

O SR. ACÉLIO CASAGRANDE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ACÉLIO CASAGRANDE (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei conforme orientação do partido.

O SR. FRANK AGUIAR (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, na votação anterior, votei conforme orientação do partido PTB.

O SR. CAMILO COLA (Bloco/PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em consonância com meu partido, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

"Sr. Presidente, requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 165, § 2º, do Regimento Interno, que a discussão da MP 352/07 seja feita por grupos de artigos".

Assina o Deputado Onyx Lorenzoni, Líder do Democratas.

O SR. ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (Bloco/PSB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. MILTON MONTI (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei conforme orientação do partido.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei conforme orientação do partido.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar a votação,

concedo a palavra ao nobre Deputado Décio Lima, que falará contra a matéria.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nossa

bancada se posiciona contra esse requerimento. Visivelmente, trata-se de tentativa

de procrastinar o bom andamento do processo legislativo, principalmente porque

esta Casa precisa dar respostas ao povo brasileiro — sobretudo no tocante a esse

conjunto de medidas que compõe o Programa de Aceleração do Crescimento — e

encaminhar soluções para os problemas estruturais do País.

O Presidente da República está cumprindo com sua parte, e a Câmara dos

Deputados, por sua vez, não pode ficar letargicamente tentando criar situações que

impeçam a concretização das iniciativas adotadas por S.Exa.

Esse é o propósito do requerimento, como, aliás, dos demais inseridos no

contexto dos debates acerca das medidas provisórias que compõem o Programa de

Aceleração do Crescimento: escamotear a sua discussão e votação, enveredando

por caminhos que não os legítimos da Câmara dos Deputados, isto é, responder aos

anseios gerais da população brasileira.

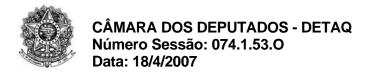
Por isso, Sr. Presidente, a bancada do PT encaminha contrariamente ao

referido requerimento.

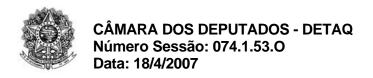
O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado João Oliveira, que falará a favor da matéria.

O SR. JOÃO OLIVEIRA (PFL-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por várias razões, o Democratas vota pela aprovação do requerimento, entre elas o fato de que matérias urgentes deixaram de ser relatadas, e, em conseqüência, houve a inversão de pauta, com a inclusão de matéria inconstitucional.

Reportando-me aos 6 artigos citados por mim anteriormente, o Democratas vota pela aprovação do requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - As Sras. e os Srs. Parlamentares favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. (Pausa.)

REJEITADO.

O SR. EDSON DUARTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDSON DUARTE (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (Bloco/PSB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei de acordo com o partido.

O SR. ÁTILA LIRA (Bloco/PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o meu partido.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em discussão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a medida provisória em exame,

sob o invólucro de ajuda ao desenvolvimento da economia, foi utilizada na

apresentação do PAC como instrumento de brutal renúncia fiscal do Governo, que,

dessa forma, queria mostrar que está abrindo mão de tributos.

Trata-se de incentivo a setor que ainda não existe. Não se pode abrir mão de

tributos que não estão sendo arrecadados porque o respectivo setor ainda não está

produzindo. O Governo, porém, quer estimulá-lo e, portanto, apresenta incentivos.

O segundo ponto que deve ser considerado — e é importante que todos

aqueles que estejam assistindo à TV Câmara ouçam — é o fato de que a medida

provisória não dá incentivos no que respeita aos conversores, equipamentos que

vão permitir a conversão de uma televisão convencional ao sistema digital. Se não

houver incentivos, esse conversor sairá caro. E caro significa menos acessível.

Portanto, aqueles que não conseguirem comprar o conversor ficarão

excluídos, na hora em que se implantar no País, compulsoriamente, a TV Digital. Um

Governo que se diz popular deveria começar por conceder incentivo fiscal aos

conversores, para facilitar àqueles que não têm recursos a compra de novo

eletrodoméstico, uma nova televisão ou um conversor a preço convencional.

Eram essas as observações que tínhamos sobre o assunto que será

abordado com muito mais profundidade, com certeza, em todos os seus aspectos,

pelo Deputado Julio Semeghini, do nosso partido.

Muito obrigado.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na última votação, acompanhei o meu partido.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última votação, votei com o Bloco.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última votação, segui a bancada do PDT.

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

REDAÇÃO FINAL

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para discutir, concedo a palavra ao

nobre Deputado Fernando Coruja, que falará a favor da matéria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Moreira Mendes. (Pausa.) S.Exa.

desiste de falar.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Manato. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Praciano.

O SR. PRACIANO (PT-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e

Srs. Deputados, sem dúvida alguma, o PAC vem ao encontro da necessidade do

País de crescer. Nem sempre, o mercado se equilibra sozinho. Então, o Governo

Lula nele decidiu intervir, por meio de programa que foca o investimento público em

logística e em energia, além de promover facilidades que obviamente vão motivar o

investimento privado.

Entretanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar de essa medida

provisória não gerar impacto negativo para a Zona Franca de Manaus, recebeu

algumas emendas. E, dessas, 6 ou 7 emendas, companheiro Maurício Rands,

prejudicam segmentos já consolidados na Zona Franca de Manaus. Por quê?

Porque visam expandir para o restante do Brasil benefícios similares aos que já

existem na Zona Franca de Manaus para segmentos consolidados no pólo industrial

de Manaus.

Exemplo disso é o SetTopBox. Já produzimos quase 4 milhões de unidades

na Zona Franca de Manaus, gerando 900 empregos diretos e mais 9 mil empregos

indiretos, ou seja, quase 10 mil empregos.

Nesta Casa temos a Frente Parlamentar da Amazônia, a Frente Parlamentar

Amazônia para Sempre e a Comissão da Amazônia. A Amazônia está na pauta da

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0 Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

Câmara dos Deputados, está na pauta do Brasil e do mundo. Mas o amazonense

não quer só conversa.

Agora, temos a oportunidade de entender que a Zona Franca de Manaus faz parte do Brasil e que há uma política para integrá-la a todo o País. Trata-se de projeto estratégico consolidado e de sucesso. A Zona Franca de Manaus se transformou num grande centro consumidor. Cerca de 3 mil automóveis entram em Manaus todos os meses; consumimos os produtos da indústria têxtil, da indústria de

enlatados, da indústria de cachaça, as redes do Ceará, a carne de Goiás e assim

por diante.

A Zona Franca de Manaus deve ser preservada sobretudo, Sr. Presidente, em nome da estratégia nacional de manter a soberania do País sobre aquela região.

Muito obrigado.

O SR. WILSON BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WILSON BRAGA (Bloco/PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, acompanhei o meu partido.

O SR. ALBERTO SILVA (Bloco/PMDB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. ABELARDO CAMARINHA (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com o partido.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para falar contra a matéria,

concedo a palavra ao Deputado Julio Semeghini.

O SR. JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil ganha com essa medida provisória.

Com o compromisso de implantar a TV digital, temos de nos preocupar com a

pesquisa, com o desenvolvimento e com a indústria nacional. E não podemos abrir

um mercado como esse sem tratar dessa questão.

Parabenizo o Relator e o próprio Governo pela decisão e lembro que o

Ministro Luiz Fernando Furlan, que deixou o Governo, foi um grande articulador

dessa medida provisória, assim como o Ministro da Ciência e Tecnologia.

Por intermédio dessa MP, teremos uma nova estrutura, bem como a

oportunidade de produzir equipamentos de transmissão de vídeo, que normalmente

são importados, e, assim, fortalecer essa indústria no Brasil. Esse, portanto, é um

importante passo para consolidar a cadeia de semicondutores no Brasil.

O Brasil tem um déficit aproximado de 10 bilhões de reais por ano na área de

semicondutores. De forma inteligente, a MP viabiliza toda a parte da propriedade

intelectual.

O Congresso Nacional tem de estar mais atento, porque já há 4 anos essa

importante medida aqui tramita sem que consigamos aprová-la, para que

investimentos venham de fora, dando emprego para brasileiros e aumentando o

nosso conhecimento tecnológico — área que nosso País já domina muito bem.

Além disso, a medida dá incentivos a importantes fases da cadeia produtiva,

entre as quais ressalto a do investimento em pesquisa e desenvolvimento do

software, que, depois, vai originar um semicondutor, um circuito integrado qualquer.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

Mas, Sr. Presidente, quero falar contra a matéria porque, mais uma vez, o

Governo erra. Ele não aproveita em sua totalidade o momento que o Brasil vive,

deixa de lado, como já disse o nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, os

conversores.

Os mais pobres terão de comprar um conversor para transformar o sinal

digital que chegará à televisão analógica. E esses aparelhos chegarão mais caros

do que deveriam, porque evitaremos que eles sejam fabricados no Brasil.

Aliás, Sr. Presidente, aproveito para pedir — e é uma condição do meu

partido — que se corrija o grande erro cometido pelo Ministério da Fazenda ao

solicitar que o Presidente Lula vetasse artigo da Lei de Inovação aprovada por esta

Casa e pelo Senado Federal.

Esse veto simplesmente impediu que as empresas que produzem bens de

informática, telecomunicações е equipamentos médicos-hospitalares se

beneficiassem da Lei de Inovação.

Ora, o grande desafio da Lei de Inovação é fazer com que as empresas

invistam em pesquisa no Brasil e saiam da pesquisa pura e aplicada para a

competitividade da cadeia produtiva, a fim de gerarem empregos e fortalecerem

nosso setor industrial.

São 2 benefícios completamente distintos. Os benefícios da Lei de Informática

para quem investe em pesquisa e desenvolvimento — e é importante que o

Ministério da Fazenda atente para isso — são para alguns produtos. Por isso o do

Estado da Paraíba se transformou em um dos maiores pólos de software. Por isso o

Porto Digital do Ceará cresce a 20%, 30% ao ano. Por isso vários lugares do Brasil

começam a consolidar os seus centros de pesquisa e desenvolvimento de software.

Ao excluir a possibilidade de usamos esse benefício, o Governo faz com que empresas que têm excelentes faturamentos e que queiram trazer para cá seus centros de pesquisa, sejam excluídas, sem nem justificar o porquê.

E essa não é uma preocupação de apenas alguns técnicos do Governo. Conversei a respeito disso com as Lideranças de todos os partidos da base do Governo. Esta Casa tem a obrigação de resgatar o texto que votou, negociou, acordou e aprovou. O Brasil sonhou, mas não levou, porque o Presidente vetou o artigo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

- O SR. JOÃO DADO Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.
- **O SR. PRESIDENTE** (Arlindo Chinaglia) Tem V.Exa. a palavra.
- O SR. JOÃO DADO (Bloco/PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, na votação anterior, segui a orientação do PDT.
- O SR. ADEMIR CAMILO (Bloco/PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, na última votação, acompanhei o partido.
- O SR. ARNALDO VIANNA (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, na última votação, votei com meu partido, o PDT.
- O SR. PASTOR MANOEL FERREIRA (Bloco/PTB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para discutir, concedo a palavra à

Deputada Vanessa Grazziotin, que falará a favor da matéria.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Sem revisão da

oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos analisando neste

momento a Medida Provisória nº 352, relatada pelo Deputado Átila Lins, do Estado

do Amazonas.

Essa medida, que trata dos incentivos fiscais para a TV digital, é muito

necessária. Se V.Exas. verificarem, verão que nem mesmo os Parlamentares que se

inscreveram para falar contra a matéria se dizem contrários à sua aprovação. Ao

contrário, hipotecam apoio à proposta, apenas levantam uma ou outra ponderação.

O Deputado Julio Semeghini, por exemplo, que acaba de me anteceder na

tribuna, defendeu o conteúdo da medida provisória em mais da metade do seu

pronunciamento. Considerou importante e necessária a aprovação da medida e sua

transformação em lei para garantir a inovação e a instalação da produção de

insumos e produtos ligados à TV digital no Brasil.

Entretanto, pondera o Deputado Julio Semeghini a necessidade de voltarmos

a aprovar alguns dispositivos que contribuem com o incentivo do processo de

inovação no Brasil. Concordo com o nobre Deputado e acredito que, até o final da

votação da matéria, deveremos chegar a acordo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há outra polêmica em torno do

assunto. Há quem diga que essa matéria coloca a Zona Franca de Manaus em

posição contrária a outros Estados brasileiros, principalmente ao Estado de São

Paulo. Isso, porém, não é verdade.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

A Medida Provisória nº 352 não toca na Zona Franca de Manaus, que nem

ganha nem perde com a proposta — não é, Deputado Átila Lins? —, que é neutra.

A referida medida dispõe sobre incentivos às indústrias de equipamentos para

TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores. Não fala em receptor. A

Zona Franca de Manaus produz e deverá continuar produzindo receptores, os

aparelhos de televisão, os SetTopBox, aparelho de conversão da TV analógica para

a TV digital.

Pergunto aos Deputados que representam os Estados do Piauí, do Maranhão,

de Pernambuco, do Ceará, do Pará, do Acre, de Roraima: seria justo qualquer

dessas Unidades da Federação reivindicar para si algo que esteja instalado em

outra menos desenvolvida economicamente? É claro que não.

Então, quando se fala em SetTopBox, há quem queira incluí-lo na medida

provisória. Isso faria com que toda a produção do Estado do Amazonas migrasse

para outro Estado. E seria para um Estado menos desenvolvido? Não.

Cumprimento o Governo Federal pela lucidez da medida provisória, como

também o Deputado Julio Semeghini. Vários Deputados que trabalham na área, a

exemplo do Deputado Walter Pinheiro, sabem como é importante essa medida

provisória, que, talvez, não contemple nem responda a todas as reivindicações, mas

representa importante passo.

Precisamos incentivar a produção do que não temos mas gueremos, com a

responsabilidade de brasileiros que defendem o Sul e o Sudeste, mas também o

Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apoiamos a medida provisória e, inclusive, a reivindicação feita pelo Deputado Julio Semeghini no sentido de auxiliar o processo de inovação.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (Bloco/PDT-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o PDT.

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao nobre

Deputado Luiz Carlos Hauly, que falará contra a matéria.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quanto mais tempo passo no Congresso

Nacional, mais constato a insanidade do País.

O Sistema Tributário Brasileiro é anárquico e caótico, um verdadeiro

manicômio tributário. E quem ganha com tal sistema? Sonegadores, monopólios,

oligopólios, cartéis e empresas com incentivos fiscais.

Há muitos anos isso ocorre no Brasil, ou seja, não é privilégio do atual

Governo — e faço um alerta à base do Governo, para que ela não venha a dar

chiliques depois. É um erro histórico brasileiro manter as inadequações, as

impropriedades da nossa estrutura tributária. O Sistema Tributário Brasileiro destrói

as empresas e milhões de empregos ao concentrar a tributação na base do

consumo e, assim, tributar pouco os muito ricos e muito os pobres.

O mesmo acontece com a taxa de juros do Brasil. Quando um trabalhador

quer financiar um bem, quando vai comprar um fogão, uma geladeira, paga a mais

alta taxa de juros do mundo. E, quando vai utilizar os recursos do Fundo de Garantia

e/ou da poupança, recebe a menor taxa de juros do Brasil. Os rentistas, ao contrário,

recebem as taxas de juros do Terceiro Mundo.

O sistema tributário é cheio dessas coisas. Pergunto: incentivo fiscal pontual

resolve a economia? Não resolve. O Brasil inteiro deveria ter uma estrutura de

produção, de exportação. Todos os municípios e Estados deveriam ter a mesma

regra de tratamento tributário, de imposição simples, e que essa estrutura tributária

não produzisse concorrência predatória.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

Alertar é o meu papel. Afinal, sou Parlamentar. O Governo ouve se quiser —

e não tem ouvido. Estou aqui há 16 anos falando a mesma coisa.

Enquanto não consertarmos o nosso sistema tributário, adotando um modelo

como o da Europa ou o dos Estados Unidos, vamos crescer apenas 2% ou 3% ao

ano. No dia em que adotarmos um sistema tributário realmente digno, cresceremos

10%, 12%, 15% ao ano, porque temos muito a recuperar. Com essa mudança,

eliminaremos as fraudes, a elisão, a sonegação, a corrupção ativa e passiva. O

Brasil tem carga tributária para 55% do PIB, mas arrecada apenas 38 ou 39%. Ainda

assim criamos incentivos daqui e dali.

A minha proposta é que consertemos tudo. Chega de hipocrisia, de bobagem,

de implantar projetos pontuais. Vamos fazer do Brasil um modelo de modernidade e

dignidade. Não devemos permitir que monopólios, oligopólios, cartéis e empresas

sobrevivam por conta de incentivos fiscais.

Para criarmos uma estrutura tributária moderna, racional e ágil basta ter

vontade. É preciso sentar, analisar os projetos existentes no mundo e adotar um

modelo de estrutura tributária. O Brasil hoje, Presidente Arlindo Chinaglia, está

sendo destruído pelas economias da China e do restante da Ásia, porque nesses

lugares os produtos não pagam tributos e não há legislação trabalhista,

previdenciária, nada.

Com nossa complexa legislação tributária, previdenciária e trabalhista,

inviabilizamos milhões de empregos, inviabilizamos o futuro do nosso povo e do

País. Este é o alerta que faço mais uma vez: vamos mudar a estrutura iníqua e

injusta que há no Brasil.

O SR. VICENTE ARRUDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. VICENTE ARRUDA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, na votação anterior, votei de acordo com o meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Walter Pinheiro. (*Pausa*.) Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Colbert Martins. (Pausa.) Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde. (Pausa.) Ausente.

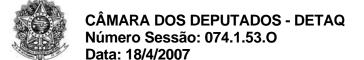
Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros. (Pausa.) Ausente.

A SRA. GORETE PEREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. GORETE PEREIRA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, votei com o meu partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa medida provisória, já por demais defendida pelos Deputados que me antecederam, visa estimular a produção de semicondutores no nosso País. Cria um regime de incentivos à fabricação de máquinas, portanto, não é mais necessário discuti-la. O que queremos agora é votar.

Aproveito para manifestar nosso apoio à aprovação da medida provisória e parabenizar o Deputado Átila Lins pelo parecer.

Somos favoráveis à aprovação da medida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

"Sr. Presidente, requeremos, nos termos dos arts.

117, inciso XI, e 157, § 3º, do Regimento Interno da

Câmara dos Deputados, o encerramento da discussão e

do encaminhamento da votação da Medida Provisória nº

352/07".

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Julio Semeghini, que

falará contra a matéria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Otavio Leite, que falará contra a

matéria.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, a natureza deste pronunciamento contrária ao

encerramento da discussão está absolutamente fundamentada no espírito coletivo

que emana do Plenário de construção de entendimento, para que possamos votar

com harmonia e aperfeiçoar a matéria.

Neste exato momento, é preciso que não se estanque a discussão sobre a

matéria. Ao contrário, devemos prosseguir no entendimento deflagrado entre a

Oposição e o Governo, para que algumas emendas sejam aproveitadas e lacunas

preenchidas, a fim de que a matéria seja enriquecida e a sociedade venha a dispor

de forte e eficaz mecanismo jurídico para implantar uma inovação tecnológica cada

vez mais plural, forte e desenvolvida pelos 4 cantos do País.

Sr. Presidente, discute-se o aproveitamento da Emenda nº 54, da lavra do

eminente Deputado Julio Semeghini, de São Paulo, que há pouco versava sobre o

assunto. Tenta S.Exa. recuperar proposta objeto de amplo debate nesta Casa e aqui

aprovada, mas que, de súbito, para perplexidade geral do País, o Presidente da

República vetou.

A idéia é a de promover facilitação tributária no que tange às pesquisas puras

e aplicadas, mas também a pesquisas que possam ser direcionadas a investimentos

diretos que produzam efeitos na economia e trabalhem a possibilidade de a

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD

REDAÇÃO FINAL

Montagem: 4171/4176

população ter produtos mais elevados, mais aperfeiçoados tecnologicamente e, por

conseguinte, até mais baratos.

O resgate desse dispositivo, vetado quando da sanção da Lei nº 11.196, é o

que se enseja, é o que se procura neste momento.

O eminente Vice-Líder do Governo, Deputado Beto Albuquerque, neste

instante, dialoga com alguns outros colegas. Vejo também Deputados do Governo

preocupados com o assunto, as Oposições, o PSDB e o PFL, procuram

entendimento para harmonizar o texto, e o Relator está atento.

Preencho um pouco este lapso de tempo para invocar exatamente a intenção

mais elevada, que é o produto, a necessidade básica, quer dizer, o desígnio maior

deste Parlamento. O nosso combustível é o diálogo, a tentativa sempre de produzir

consenso para que as regras jurídicas no Brasil sejam as melhores, as mais

fecundas, as mais sábias, possam produzir efeitos concretos e avançar. E é o que

se tem neste instante.

Certamente teremos a opção de um destaque, mas não seria o mais

adequado. Estamos propondo, pois, um acordo por meio do resgate da Emenda nº

54, mas não sem antes dizer que houve uma falha ao não se ensejar os tratamentos

tributários privilegiados aos conversores. Isso atrapalhará a utilização pelo público,

pela população mais pobre dessa tecnologia digital, que é o imperativo do nosso

tempo.

Então, vejo que houve avanços. Apresenta-se, neste instante, no coração do

plenário, os Parlamentares, que, de maneira plural, prosseguem discutindo, a

possibilidade, quem sabe, de proclamarmos em breve: "Habemus acordum!" — bem

inspirando-me na chegada de Sua Santidade o Papa Bento XVI.

Observo com um olhar e um campo de visão privilegiado, neste instante, uma discussão que me parece fecunda sobre a importantíssima Receita Federal. De quando em vez, ouvimos neste plenário: "Não! Temos de ouvir a Receita Federal." Não se quer perder recursos nem arrecadações. Ora, mas o desenvolvimento tecnológico é o que, exatamente, produz maior arrecadação.

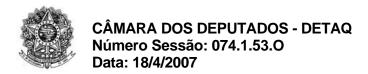
Portanto, espero que tenhamos o bom senso de chegar a entendimento, para que possamos votar, unanimemente, a matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somos a favor do requerimento, e a matéria está sobejamente discutida.

Vamos votar!



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o requerimento.

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD

REDAÇÃO FINAL

Montagem: 4171/4176

O SR. LEONARDO VILELA - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a

bancada.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LEONARDO VILELA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PSDB, cônscio da sua responsabilidade como partido da

Oposição, quer votar, quer debater, e decisivamente está contribuindo para melhorar

essa medida provisória. Nosso nobre companheiro Julio Semeghini guer estender a

todas as empresas que se beneficiam da Lei de Informática também o benefício da

Lei de Inovação Tecnológica. Isso traz um grande ganho ao País, que se ressente

de investimentos na área de tecnologia. Queremos fazer um apelo ao Relator e à

base do Governo no sentido de que acatem a contribuição proposta pelo Deputado

Julio Semeghini, a fim de que possamos avançar nesse tema extremamente caro ao

Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, votamos "não" ao encerramento da discussão, para

que possamos elaborar um acordo, o que é importante para o Brasil.

O PSDB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar a bancada do PFL,

com a palavra o Deputado Fernando de Fabinho.

O SR. FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, sabemos da importância dessa medida provisória, mas

temos de compreender que na verdade há vários destaques para serem negociados

aqui no plenário, e esperamos realizar essa negociação. No momento, portanto, os

Democratas não podem votar favoravelmente à matéria. Temos de manter o

requerimento. Assim sendo, pedimos a V.Exa. que mantenha a discussão, pois isso

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

é importante; todo o País está atento, já que serão feitos investimentos pelo

Governo Federal.

É uma precondição o debate por esta Casa dessa matéria que infelizmente

chega a este Plenário na forma de medida provisória. Queremos contribuir, mas

para poder trabalhar melhor precisamos de mais tempo de discussão. Por isso

somos contra o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, com a sua complacência, insisto em que, como tudo leva a crer, a

estrada do entendimento pavimenta-se neste instante. A proposta do eminente

Deputado Semeghini é, reiteramos, absolutamente fundamental para fortalecer a

medida provisória submetida a esta Casa. Ela certamente permitirá que muitas

empresas pequenas e médias que atuam no campo farmacêutico, no campo da

inovação tecnológica, nos mais variados setores da economia em que a tecnologia

permanentemente está a desafiar o empreendedor, usufruam dos benefícios

traduzidos nessa sugestão de criação de um facilitador tributário.

Queremos postular a compreensão do Governo para que se ultime o quanto

antes um entendimento, nem que se interrompa por 5 minutos a sessão. Parece-me

que estamos no limiar de um entendimento. Vejo o esforço de todas as bancadas

para resgatar essa Emenda nº 54, já incorporada ao texto do Relator. Nesse caso,

certamente haverá votação unânime.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, estamos tratando aqui do encerramento da discussão. Pelo que o

Deputado Otavio Leite acabou de dizer, é notório que no processo de elaboração, ao

qual este Plenário não deve renunciar, não é adequado encerrar-se esta discussão.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

Não se trata de uma simples medida provisória que estabelece isenções fiscais para

desenvolver um setor da tecnologia e das telecomunicações. Estamos aqui

discutindo também a novidade do padrão digital de TV, que foi implantado no Brasil

sem discussão adequada e suficiente com a sociedade. O modelo japonês foi

assumido pelo Governo em detrimento do desenvolvimento do sistema brasileiro de

TV digital, e temos tecnologia e *know-how*para isso.

Questionamos alguns aspectos dessa medida provisória, na medida em que

ela visa consolidar, de maneira terminativa, um padrão que discutimos, num setor

fundamental como o das telecomunicações, cuja democratização defendemos

radicalmente, inclusive na parte tecnológica, no campo da instalação de veículos.

Somos contra o encerramento da discussão por uma razão óbvia: é preciso

discutir mais essa medida provisória.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

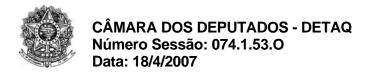
Presidente, no que se refere à exposição feita pela Oposição, gostaria que se

apresentasse, que nos dissessem qual é a possibilidade de se fazer um acordo.

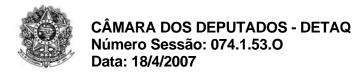
Parece-me que a Oposição está decidindo ali, e não está ouvindo-me. Gostaria que

a Oposição me ouvisse. (Pausa.) Não quer ouvir-me.

Sou favorável ao encerramento da discussão.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. (Pausa.)

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

"Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos regimentais, o adiamento da votação por 2 sessões da Medida Provisória nº 352/07, constante do item 3 da presente Ordem do Dia".

Assina a Liderança do PFL.

Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Décio Lima, que falará contra a matéria.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Regimento desta Casa é extremamente generoso, na medida em que a intenção desse requerimento é movida pela legítima prerrogativa da Oposição de tentar procrastinar a decisão de mérito. E somos obrigados a reconhecer que, na mesma medida em que faz parte, de forma legítima, do arcabouço do Regimento desta Casa, esse requerimento permite que, ao procrastinar-se a decisão dos Srs. Deputados e Deputadas, aprofunde-se a discussão de mérito.

Entretanto, a medida provisória que deveremos votar e que enseja essas possibilidades regimentais é urgente para o nosso País. Se existe algo em que não podemos demorar é no esforço de acompanhar o avanço tecnológico que todo o mundo hoje está adotando para garantir a soberania das nações. Para se ter uma idéia, recebi do nobre Deputado Jorge Bittar, que faz parte da Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa, a informação de que a telefonia brasileira, por exemplo, não obstante o mundo já estar na terceira geração de telefonia móvel, ainda convive com modelos da segunda geração dos equipamentos telefônicos celulares.

Essa medida provisória nada mais visa do que introduzir no Brasil aquilo que há de mais extraordinário nos avanços tecnológicos da mídia e da televisão digital, e consiste em 3 pontos fundamentais: primeiro, estabelecer uma política industrial de incentivo aos produtores de componentes, semicondutores e displays; segundo, tratar de equipamentos transmissores de TV digital; terceiro, proteger a nossa inteligência, que estará inserida na evolução que haveremos de ter com a instalação

aqui de empresas que produzirão componentes e *displays* para propiciar o avanço tecnológico dessa magia que é a televisão, particularmente com a inclusão digital.

Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, encaminhamos o voto contra esse requerimento, para que imediatamente votemos o mérito da Medida Provisória nº 352/07.

O SR. VICENTINHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estive há pouco em audiência com a Ministra Ellen Gracie para tratar de um assunto muito grave, e por isso justifico-me, informando que votei com a bancada.

Obrigado.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar a votação,

concedo a palavra ao Deputado Fernando de Fabinho, que falará a favor da matéria.

O SR. FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, venho à tribuna defender o adiamento da discussão da matéria por 2

sessões, até porque estamos tentando construir um acordo. Peço a compreensão

dos nossos pares no sentido de apoiar o requerimento, e que nosso Relator acate

pelo menos o destaque da Emenda nº 54, apresentado pelo PSDB.

Estamos tentando construir um acordo, e esperamos que o Líder do Governo,

o Deputado José Múcio Monteiro, assimile essa questão, juntamente com o

Deputado Beto Albuquerque. Trata-se de uma emenda que contribuirá ainda mais

para o bem-estar das empresas que estão investindo nessa área.

A medida provisória veio com a intenção de fazer com que esta Casa

regulamente os incentivos. Portanto, gueremos o adiamento por mais duas sessões,

a fim de que essa matéria seja bem discutida e avaliada. As pessoas que nos

acompanham neste momento pela TV Câmara ainda estão sem entender por que se

edita medida provisória para tratar de tema tão importante, que se refere a

investimento, a incentivos a essa nova tecnologia de que tanto carece nosso povo.

É importante ressaltar que, quanto ao mérito, nosso partido é a favor dessa

medida tão importante para o desenvolvimento do País, mas é preciso que sejamos

coerentes e tenhamos a paciência necessária. Não devemos fazer votações

açodadas nem aprovar temas que não darão resultado. Temos de fazer acordos

para melhorar ainda mais a medida provisória.



A intenção da Casa e do PSDB é contribuir para o aperfeiçoamento dessa proposta do Governo, Sr. Presidente. Por isso, somos favoráveis ao requerimento de adiamento, para continuarmos a discussão.

Montagem: 4171/4176

Tipo: Ordinária - CD

REDAÇÃO FINAL

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar a bancada do PSDB,

com a palavra o Deputado Leonardo Vilela.

O SR. LEONARDO VILELA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a postura que o PSDB e o PFL adotam, e

que com certeza também será adotada pelo PPS, mostra uma Oposição coerente,

consistente, que quer contribuir para o crescimento do Brasil.

Há um grave equívoco na legislação. As empresas que se beneficiam dos

incentivos da Lei de Informática, pela atual legislação, não podem receber os

benefícios concedidos pela Lei de Inovação Tecnológica. O Deputado Julio

Semeghini, do PSDB, apresentou uma emenda estendendo para as empresas que

já se beneficiam da Lei de Informática os benefícios da Lei de Inovação Tecnológica.

Isso é fundamental para que o País seja independente do ponto de vista tecnológico,

ganhe competitividade e desenvolva-se economicamente. A Oposição quer que o

Relator, que é da base do Governo, incorpore ao relatório essa emenda, com

compromisso de retirarmos os destaques e acelerarmos as votações.

Portanto, Sr. Presidente, votamos "sim" ao requerimento, na esperança de

que a base do Governo aceite essa contribuição da Oposição.

O PSDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar a bancada do

PFL/Democratas, concedo a palavra ao Deputado Fernando de Fabinho.

O SR. FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, queremos apelar para o bom senso da

bancada do Governo, dos seus Líderes, para podermos aproveitar esse destaque,

que é importante. Sabemos que a matéria é relevante, mas o fato é que ela viola os

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD

REDAÇÃO FINAL

Montagem: 4171/4176

princípios da reserva legal, e precisamos continuar discutindo aqui, para termos a

oportunidade de melhorar ainda mais essa medida provisória, que necessita de

todas as contribuições possíveis desta Casa.

Por isso, vamos votar "sim", para a aprovação do requerimento de adiamento

da discussão por duas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar a bancada do PSDB,

concedo a palavra ao Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, com bem sublinhou o Deputado Julio Semeghini, o desafio do Brasil é

garantir que a pesquisa tão indispensável para vários setores possa estar sempre

presente e ser facilitada aos empreendedores, àqueles que procuram, com a

inovação tecnológica, oferecer serviços e produtos mais condizentes, em termos de

benefícios, qualidade e preço. Esse é um desafio permanente.

Então, quanto mais nos esforçarmos para resgatar a Emenda nº 54,

incorporá-la ao texto, obter a atenção de todos para aprová-la, melhor, porque assim

abriremos uma avenida para o desenvolvimento econômico do nosso Brasil, com as

pequenas e médias empresas que queiram investir em inovações diretamente

ligadas às suas produções.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar a bancada do PP,

concedo a palavra ao Deputado Carlos Souza.

O SR. CARLOS SOUZA (PP-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, nós do Partido Progressista entendemos que neste momento discutimos

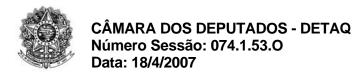
um projeto vitorioso de 40 anos, que é a Zona Franca de Manaus — vitorioso não só

montagonii. 417 i/4170

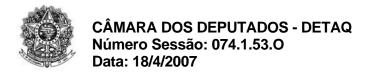
em termos econômicos, mas acima de tudo em termos estratégicos para a região amazônica.

Não queremos, verdadeiramente, com essa Medida Provisória nº 352/07, obter ganho algum. Muito pelo contrário, queremos apenas manter as mesmas isenções conquistadas durante 40 anos. Pleiteamos, Sr. Presidente, a manutenção de um projeto que diminui as desigualdades regionais neste País, que gera US\$24 bilhões por ano, que gera mais de 115 mil empregos diretos e que arrecada 64% dos tributos federais repassado ao Tesouro Nacional. Portanto, Sr. Presidente, é uma conquista de uma Região pobre como o Norte que queremos manter. Só queremos a prerrogativa de manter essa conquista.

Por todo o exposto, o Partido Progressista vota "não", Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

REJEITADO.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PSB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei conforme a orientação do partido.

O SR. MARCELO TEIXEIRA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei conforme a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

"Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 117, inciso XIII, do Regimento Interno, que a votação da Medida Provisória nº 352/07 seja feita artigo por artigo".

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa outro requerimento

no seguinte teor:

"Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 185, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja concedida a verificação de votação do requerimento que solicita a votação artigo por artigo da Medida Provisória nº 352/07".

Explico que esse segundo requerimento propõe quebra de interstício.

O SR. GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. ROCHA LOURES (Bloco/PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na última votação.

O SR. MAGELA (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o PT na última votação.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando de Fabinho, que falará a favor da matéria.

O SR. FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dá para observar nossa preocupação com esses requerimentos, principalmente esse de quebra de interstício, para votação artigo por artigo. Podemos presenciar aí um momento de grande negociação. Acredito que daquele encontro vai sair aquilo que estamos querendo acordar.

É preciso acrescentar a Emenda nº 54 à medida provisória exatamente porque com ela os incentivos estendem-se ao maior número possível de empresas, e vamos trabalhar nesta linha, na linha da negociação. Esses artigos, que são mais de 6, provocam controvérsia, não atendem às expectativas e são inconstitucionais. O princípio da reserva legal é violado em vários deles. Por isso apresentamos esse requerimento, para avaliarmos e votarmos artigo por artigo, para que esta Casa possa contribuir examinando artigo por artigo.

Esse requerimento, assim como a negociação que propomos, é salutar. É exatamente nessa linha de pensamento e de atuação que queremos colaborar com o próprio Governo, mesmo porque, no mérito, votamos a favor dessa matéria, porque ela é importante para o desenvolvimento deste País, para o progresso da nossa Nação, apesar de a Câmara ter sucumbido diante do Executivo, não se permitindo a contribuição na forma de um projeto de lei que tivesse condições de detalhar esses incentivos, o que é uma prerrogativa desta Casa. O Governo usa a força do decreto, normatizando esse critério na forma de medida provisória. A intenção é a de que a Casa faça o seu papel, e que possam os Democratas, o



PSDB e tantos outros partidos se unirem, contribuindo para o desenvolvimento dessa medida provisória. Por isso, repito, apresentamos esse requerimento.

Apelamos para a base aliada do Governo e para os seus Líderes no sentido de que usem o bom senso e acolham essa emenda, que vai contribuir muito para o desenvolvimento do Brasil, com o aprimoramento dessa medida provisória.

Votamos a favor do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Cumprimento o orador pela brilhante eloquência, mas o requerimento perdeu o objeto, porque já houve quebra do interstício.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

Montagem. 417 1/4170

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para falar contra o requerimento que propõe que a votação seja feita artigo por artigo, concedo a palavra ao Deputado Marcelo Serafim.

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que todo o Congresso neste momento está imbuído do dever cívico de votar as matérias.

Queremos votar a medida provisória. Votar artigo por artigo é protelar ainda mais o andamento dos trabalhos desta Casa. Não queremos isso. Portanto, encaminhamos o voto "não". Vamos votar a matéria como está.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Fernando de Fabinho.

O SR. FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos votar "sim". Vamos votar a favor desse requerimento.

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o requerimento.

Como vota o PSDB?

O SR. LEONARDO VILELA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, como Oposição responsável, que quer trabalhar, que quer votar,

que quer um futuro melhor para o Brasil, estamos propondo ao Relator a inclusão da

extensão dos benefícios da Lei de Inovação Tecnológica àquelas empresas que já

possuem os benefícios da Lei de Informática. É uma proposta que beneficia todo o

setor, indistintamente, tanto as empresas situadas na Zona Franca de Manaus

quanto as do resto do País.

Não entendemos por que o Governo hesita em incorporar essa contribuição

das oposições, do PSDB, ao relatório, para avançarmos na votação dessa matéria.

Deixo mais uma vez o apelo no sentido de que a base do Governo concorde com

esse acordo.

Enquanto ele não se concretiza, votamos "sim" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PFL?

O SR. FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, já orientei a bancada. Vamos votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como orienta a Liderança da

Minoria? Houve uma confusão por parte da Mesa.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, só para atualizar as informações sobre como anda a negociação tão

ansiada por todos, havia praticamente um acordo desenhado, formado, firmado, mas

surgiu uma dúvida sobre se a proposta da Emenda nº 54 haveria de ferir a Zona

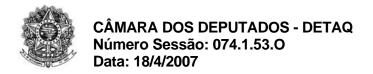
Franca de Manaus.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

Em absoluto. A proposta de expandir o benefício tributário não é para comercialização, nem para produção; é para a inovação tecnológica de empresas outras que queiram usar desse instrumento para pensar, inovar e avançar tecnologicamente, para que melhores produtos, com mais qualidade e mais baratos, possam ser oferecidos à população. Então, estamos nesta expectativa, e reiteramos com insistência o nosso otimismo, porque, não tenham dúvida, a Emenda nº 54 traduz-se em algo positivo.

Sr. Presidente, quero lembrar que essa emenda já foi objeto de um dispositivo de projeto aprovado nesta Casa e no Senado Federal e submetido ao Presidente da República, que porém S.Exa. o vetou. Todos os Líderes do Governo, pelo que se percebe, estão absolutamente de acordo. Então, estamos tentando obter essa informação final para que o projeto seja aprovado, enfim, com esse avanço, com esse aperfeiçoamento que é a Emenda nº 54, da qual não abrimos mão.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o requerimento que propõe a votação artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. (Pausa.)

REJEITADO.

O SR. FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA) - Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. LEONARDO VILELA (PSDB-GO) - Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) - Sr. Presidente, peço verificação conjunta.

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM) - Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Verificação conjunta concedida.

O SR. FERNANDO DE FABINHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registre-se no painel que o PFL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.

O SR. LEONARDO VILELA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LEONARDO VILELA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, retiro o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Retirado o pedido de verificação.

Mas foi pedido de verificação conjunta. (Pausa.) Foi retirado também?

O SR. LEONARDO VILELA - Sr. Presidente, foi retirado pelo PSDB.

O SR. FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PFL mantém.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Então, continua o pedido de verificação conjunta.

O SR. CLÓVIS FECURY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CLÓVIS FECURY (PFL-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, na votação anterior, meu voto foi de acordo com a orientação do partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Está iniciada a votação.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

O SR. MARCELO SERAFIM - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB/PDT/PMN/PHS/PRB vota "não".

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, convido os companheiros do Partido Progressista a vir ao plenário e votar "não" a este requerimento.

O PP vota "não".

O SR. BILAC PINTO (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada do PR convoca os seus Parlamentares e orienta o voto "não".

O SR. MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente, o PV quer orientar a bancada.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota "não".

O SR. BERNARDO ARISTON (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PMDB/PTB/PSC/PTC vota "não".

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente. o PR orienta a sua bancada a votar "não".

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Verde orienta a sua bancada a votar "não".

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PSB/PDT/PCdoB/PMN/PHS/PRB convoca todos os seus Parlamentares a comparecer ao plenário e votar "não".



Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PSOL orienta o voto "não" porque quer discutir e dizer "não" à

maioria dos aspectos que detectamos nesta medida provisória. Votar por grupo de

artigos não colimaria o objetivo de questionar, por exemplo, que a isenção atinja

PIS/PASEP, royalties, porque muitas dessas empresas são de matriz estrangeira, e

isso não consulta sobre os interesses de investimentos em políticas sociais.

Essa é outra questão que me parece não estar nem no acordo entre o

Governo e a Oposição conservadora, da qual nos distinguimos.

Portanto, "não" à votação por grupos. No mérito, vamos manifestar a nossa

posição claramente.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PPS vota "não".

O SR. LEONARDO VILELA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PSDB deseja mudar a orientação para "não" ao requerimento,

uma vez que a base do Governo e o Relator concordam em incorporar a Emenda nº

54, do Deputado Julio Semeghini, que contribui para o aprimoramento do projeto de

lei.

O PSDB muda a orientação para voto "não".

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do PMDB.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (Bloco/PTB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo orienta o voto "não".

O SR. ENIO BACCI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

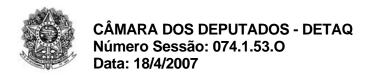
O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ENIO BACCI (Bloco/PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, na votação anterior, acompanhei a orientação do meu partido.

O SR. LUIZ BASSUMA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, estou justificando o voto na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado

Lelo Coimbra. (Pausa.)

O SR. OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, a Minoria altera o encaminhamento de "sim" para "não".

Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Deputado

Nilson Mourão. (Pausa.)

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Eliene Lima.

O SR. ELIENE LIMA (PP-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, participei na manhã de hoje — e por isso quero

fazer o registro — da inauguração da sede do Fórum Nacional de Cultura, instalada

no anexo do Teatro Nacional Cláudio Santoro, cujo espaço foi gentilmente cedido

pelo Governo do Distrito Federal.

O Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de

Cultura é o mato-grossense João Carlos Vicente Ferreira, atual Secretário de

Cultura do Governo de Mato Grosso, para o nosso orgulho.

O evento contou com a presença de Secretários e dirigentes de cultura de

vários Estados, bem como de representantes de segmentos culturais.

A sede em Brasília vai centralizar as ações de articulação da entidade em um

local que possibilita o acesso a todos os integrantes do Fórum e gera maior

proximidade das decisões encaminhadas ao Governo Federal. A intenção é a de

que o escritório seja um espaço de apoio aos Secretários e dirigentes para

encaminhamentos na Capital Federal e sirva para reforçar o papel que o Fórum

exerce na elaboração de políticas públicas que fortaleçam os segmentos culturais no

País.

A meta agora, Sr. Presidente, é a de inserir nacionalmente a discussão sobre

a proposta do PAC Cultural, pelo qual os Governos Federal e Estaduais poderão

investir não apenas na infra-estrutura, essência do PAC, mas também na

superestrutura do País. Por superestrutura entendam-se, caros colegas, os

elementos intelectuais, estéticos, morais e políticos. Para isso, tem de haver mais investimentos na Cultura.

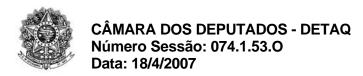
Manifesto aqui o meu apoio às ações do Fórum Nacional de Cultura.

Muito obrigado.

OSR. MAURO LOPES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO LOPES (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nas votações anteriores, às quais estava ausente, acompanhei a indicação do PMDB.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Deputado

Marcelo Teixeira. (Pausa.)

O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, convidamos os Deputados do PMDB e do Bloco Parlamentar a vir ao plenário. Estamos em processo de votação nominal. Há um acordo em andamento. Precisamos votar imediatamente.

Recomendamos o voto "não", Sr. Presidente.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD

REDAÇÃO FINAL

Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Deputado

Edinho Bez. (Pausa.)

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado João Dado.

O SR. JOÃO DADO (Bloco/PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, hoje oficiei a V.Exa. no sentido de solicitar que inclua na Ordem do

Dia a PEC nº 2, de 2003, que acrescenta artigos ao Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias e possibilita que servidores públicos requisitados optem

pela alteração de sua lotação funcional, do órgão cedente para o órgão cessionário.

Sr. Presidente, fiz isso porque conheço a realidade desses servidores,

notadamente da Justiça Eleitoral, que, ao longo de 15, 20, 25 anos, estão cedidos

de outras unidades, de outras Secretarias, de outros Poderes, para exercer papel da

maior relevância neste País, qual seja o de conduzir, organizar e viabilizar as

eleições em todas as esferas.

Esses servidores estão sendo obrigados a retornar às unidades de origem,

mas, como estão ausentes há 20 ou 25 anos, são praticamente alijados de qualquer

processo de promoção ou benefício trabalhista.

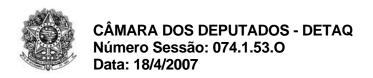
Então, no sentido de promover justiça a esses servidores que vêm

conduzindo os processos eleitorais do nosso País nos últimos 25 anos, quase na

sua totalidade requisitados pelo Poder Judiciário, solicitamos a V.Exa. a inclusão na

Ordem do Dia da PEC nº 2, de 2003.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Deputado

Zonta. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino. (Pausa.)

O SR. JOÃO PIZZOLATTI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO PIZZOLATTI (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, votei de acordo com a orientação do meu partido nas outras votações.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD

REDAÇÃO FINAL

Montagem: 4171/4176

A SRA. LUCIANA GENRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V. Exa. a palavra.

A SRA. LUCIANA GENRO (PSOL-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de ontem, quando completou 11

anos o massacre de Eldorado dos Carajás, mais uma vez o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra saiu às ruas do Brasil para mostrar que a reforma

agrária não aconteceu e que a impunidade continua sendo a regra na violação dos

direitos humanos, não só recentemente, mas também no passado, com a negativa

do Governo em abrir os arquivos da ditadura militar, o que o torna conivente com os

crimes cometidos naquela ocasião.

Mas outros segmentos também saíram para a luta no dia de ontem:

servidores e estudantes das universidades; policiais federais, que, em paralisação

hoje, reivindicam o cumprimento do acordo feito com o Governo, de reajuste salarial

de 30%; servidores da Polícia Federal, que também lutam em defesa do plano de

carreira e do reajuste do seu salário.

Isso mostra que existe reativação importante no movimento sindical brasileiro

e nos movimentos sociais como um todo.

No último dia 25 de março, grande encontro realizado em São Paulo reuniu

mais de 6 mil pessoas e foi encabeçado pelo CONLUTAS e pela Intersindical.

Contou com a presença também de representantes do MST e de diversos

movimentos sociais que integram o esforço conjunto de realizar uma grande jornada

de luta contra os ataques do Governo e contra a manutenção do modelo econômico

neoliberal, que vem massacrando a classe trabalhadora brasileira. Percebe-se isso

inclusive nas medidas que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento, o

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

PAC. Pretende o Governo, por exemplo, limitar o reajuste do funcionalismo público ao índice da inflação, mais 1,5%. Na realidade, isso significa praticamente aumento zero para a categoria.

Prevendo essa reação, o Governo supostamente tenta regulamentar o direito de greve no setor público, quando na realidade o que quer é impedir o funcionalismo público de reagir contrariamente ao arrocho salarial e ao desmantelamento do setor público, promovido por terceirizações sem nenhum critério — e a imprensa vem demonstrando que os gastos do Governo com terceirizações vêm aumentando de modo exponencial —, principalmente à continuidade da submissão do País aos interesses do capital financeiro.

Criamos aqui na Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar em Defesa de Auditoria da Dívida Pública Externa e Interna. Existem movimentos que já lutam por isso desde o ano 2000, quando um plebiscito demonstrou que a maioria do povo não concorda com a continuidade da submissão do País aos interesses do capital financeiro. Nós nos somamos aos companheiros da Rede Jubileu Sul Brasil, Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida, nessa batalha travada dentro do Parlamento para que a auditoria determinada pela Constituição de 1988 e nunca realizada seja finalmente feita neste País e demonstre que já pagamos muito mais do que deveríamos. É necessária investigação profunda dessa dívida ilegítima e imoral que obriga o Brasil a destinar 37% do Orçamento para o seu pagamento.

Ontem foi um dia nacional de luta, que terá a sua continuidade no dia 1º de maio e que demonstra a disposição dos movimentos sindicais, estudantis e sociais como um todo, que ultrapassam as velhas orientações da CUT e da Força Sindical – que se transformaram em braços do Governo nos movimentos sociais — e criam novas instâncias e espaços de luta para continuar enfrentando as reformas neoliberais do Governo Lula.

Muito obrigada.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES (PFL-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, acompanhei a orientação do partido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, comemora-se amanhã o aniversário de 150 anos de Caraguatatuba.

Cumprimento o Prefeito José Pereira de Aguilar, que nos mandou o convite para participar das comemorações; o Presidente da Câmara Municipal, Wilson Agnaldo Gobetti; e os Vereadores Aurimar Mansano e Germino de Souza.

Que Caraguatatuba seja muito feliz, após a instalação do terminal de gás da PETROBRAS, e que isso redunde em grande arrecadação para a cidade.

Parabéns, Caraguatatuba, pelos seus 150 anos!

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

REDAÇÃO FINAL

O SR. LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a preocupação que trago ao conhecimento

do Plenário diz respeito às inúmeras invasões realizadas pelo Movimento dos

Sem-Terra em todo o Brasil, em desrespeito à lei e à ordem.

Achando-se donos da razão, eles fazem o que bem entendem: invadem e

destroem propriedades rurais e prédios públicos. No final do ano passado,

depredaram um viveiro de mudas da empresa Aracruz Celulose, no Rio Grande do

Sul, e agora ocuparam a Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais.

A sociedade brasileira assiste horrorizada ao que está acontecendo.

Desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, já foram assentadas mais de

800 mil famílias. São quase 30 milhões de hectares de terra à disposição dos

trabalhadores sem terra. Tudo está sendo feito no País hoje em benefício de

milhares de produtores que têm terra e não têm acesso a crédito, a seguro, a nada.

E agora um bando de baderneiros começa a fazer o que bem entende.

A sociedade tem de repudiar essas ações. Além disso, a Justiça tem de

funcionar, e os Estados devem determinar que as Polícias Militar e Civil façam valer

a lei e a ordem. Não podemos continuar vivendo ao arrepio da lei.

Esse movimento nem personalidade jurídica tem. Em grande parte das

invasões, não são indiciados. Invadem, saem e voltam a invadir porque nada lhes

acontece. Praticam barbaridades e, na maioria das vezes, nada lhes acontece. São

destruidores de propriedades privadas, prédios públicos e universidades.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

REDAÇÃO FINAL

Sr. Presidente, chamo a atenção da Casa e peço o apoio do Ministério da

Justiça, das Polícias de cada Estado, para que sejam indiciados esses invasores.

Existem mecanismos para isso. Trata-se de invasores reincidentes. Muitos têm terra.

Eles saem de sua propriedade, financiada inclusive com dinheiro público. Na CPMI

da Terra, detectamos isso. Dinheiro do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento

Agrário financia essas invasões pelo País.

Que País é este?

Tentaram passar pela ponte de Uruguaiana, na divisa com a Argentina, e a

Polícia Militar daquele país não deixou: "Vão fazer baderna e bagunça no país de

vocês". No Brasil, nada lhes acontece. Se existisse punição, não fariam o que estão

fazendo.

Sr. Presidente, mais de 800 mil famílias já receberam terra. Vamos continuar

realizando um sério programa de reforma agrária. Os sem-terra não podem depredar

propriedades, prédios públicos e empresas privadas.

Vivemos um drama hoje: empresas de reflorestamento querem se estabelecer

na metade sul do Rio Grande do Sul, a região mais pobre do Estado, e o MST diz

que elas não podem fazer isso. Quem é o MST para dizer o que o produtor pode ou

não fazer?

Solicito ao Ministério da Justiça que tome providências em relação a esses

desordeiros que estão perturbando a ordem pública no País.

Muito obrigado.

O SR. BETO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (Bloco/PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que registre o voto "não" da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Está encerrada a votação.

Todos estão sabendo que há obstrução e que importantes matérias precisam ser apreciadas. Recomendo que fiquem em plenário. (Pausa.)

Anuncio o resultado da votação: 8 votos "sim"; 362 votos "não"; abstenção, 1. Total: 371 votos.

REJEITADO O REQUERIMENTO.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

O SR. BETO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (Bloco/PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, fizemos amplo debate no plenário a partir de uma

provocação interessante de mérito que as bancadas do Democratas e do PSDB

fizeram. Conversamos com a bancada que representa todos os interesses da Zona

Franca de Manaus, com as Deputadas e os Deputados da base do Governo e,

acima de tudo, ouvimos a palavra final do Relator, Deputado Átila Lins, que, aliás,

com muita dedicação e competência elaborou primoroso parecer.

O apelo que faço a V.Exa. é no sentido de que possibilite ao Relator,

Deputado Átila Lins, comunicar ao Plenário o acolhimento da emenda antes do início

do processo de votação. Construímos um acordo de mérito, e a incorporação dessa

emenda pelo Relator parece-me que resolverá todas as dúvidas que porventura

existam sobre o assunto até então.

O Relator está pronto para comunicar o acolhimento dessa emenda, que não

conflita com interesses. Ao contrário: soma interesses de todas as regiões brasileiras

nessa área sobre a qual estamos deliberando.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Na verdade, o Relator pode falar a

qualquer tempo, notadamente agora que V.Exa. anuncia o acordo.

O SR. SANDRO MATOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

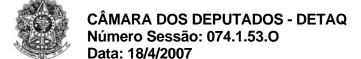
O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SANDRO MATOS (PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em função do acordo, esta Relatoria acolhe a Emenda nº 54, de autoria do nobre Deputado Júlio Semeghini, que passa a ser parte integrante do relatório e do voto.

Sr. Presidente, das 54 emendas apresentadas, 12 já haviam sido acolhidas anteriormente. Agora, acolhemos mais uma. Portanto, 13 emendas foram acolhidas pelo Relator. (*Palmas.*)



Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

REDAÇÃO FINAL

O SR. BETO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (Bloco/PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o acordo em relação a esta matéria pressupõe a retirada dos destaques por parte dos partidos que compõem a Oposição. Achamos que é uma construção profícua e queremos cumprimentar todos.

O SR. SEVERIANO ALVES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SEVERIANO ALVES (Bloco/PDT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o meu voto foi "não" na votação anterior.

O SR. FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, só para esclarecer. Nós, do PPS, temos um destaque. Não participamos de nenhum acordo e vamos manter o nosso destaque.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - É uma informação que V.Exa. presta e creio que todos estão cientes disso.

O SR. LEONARDO VILELA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LEONARDO VILELA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PSDB cumprimenta o Relator por acolher a Emenda nº 54, do Deputado Julio Semeghini, e retira os 2 destaques que estavam previstos.

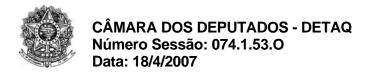
O SR. FERNANDO DE FABINHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar os Líderes José Múcio Monteiro e Beto Albuquerque e os Líderes dos demais partidos aliados pelo acordo.

Isso é importante. Estamos contribuindo para aperfeiçoar esta matéria.

Depois da votação do mérito, o Democratas retirará os 2 destaques, cumprindo o acordo feito em plenário.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PSDB e o PFL vão retirar os destaques. O PR, depois da votação, deverá retirar os destaques.

O SR. AUGUSTO FARIAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

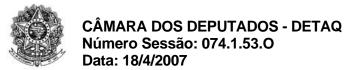
O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AUGUSTO FARIAS (Bloco/PTB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei conforme orientação do partido na votação anterior.

O SR. CRISTIANO MATHEUS (Bloco/PMDB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última votação, votei de acordo com a orientação do PMDB.

A SRA. MARIA LÚCIA CARDOSO (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na última votação, votei de acordo com a orientação do PMDB.

A SRA. TONHA MAGALHÃES (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na última votação, votei conforme orientação do PR.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o parecer do Relator na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

Montagem: 4171/4176

Tipo: Ordinária - CD

REDAÇÃO FINAL

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao nobre

Deputado Fernando Coruja, que falará contrariamente.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, estamos tratando aqui da admissibilidade. Nós, do PPS, vamo-nos

manifestar contra a admissibilidade de todas as medidas provisórias que não

obedecem ao que prevê a Constituição.

Essa é uma matéria meritória, que dá tratamento diferenciado a determinados

setores, mas é claro que tratamento tributário diferenciado não é objeto de medida

provisória, mas de projeto de lei. E pode ser urgente do ponto de vista do tempo,

mas não da urgência constitucional. A urgência a que nos referimos é pela

necessidade, mas não aquela prevista na Constituição de que ou é hoje ou nunca.

Por isso, insistimos na tese de que o Congresso precisa reagir contra o abuso

das medidas provisórias, como V.Exa. e os outros 2 candidatos disseram na

campanha. Aliás, foi uma bandeira da campanha de V.Exas. diminuir o número de

medidas provisórias.

Entramos com uma ADIN quanto àquela medida relativa ao Paraguai.

Estamos preparando outra em relação à medida relativa aos créditos e

continuaremos protestando para que este Congresso tome posicionamento e reaja

contra esse abuso na edição de medidas provisórias, como acontecia no Governo

anterior e continua no atual.

Votamos, portanto, contra a admissibilidade.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei de acordo com orientação do partido.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para falar favoravelmente, concedo a palavra ao nobre Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, temos muito respeito pelo Deputado Fernando Coruja, pelo seu partido e pela sua emenda. Entretanto, houve grande esforço de outros partidos. O nobre Relator Átila Lins foi muito atencioso e generoso.

Por isso, minha posição é no sentido oposto às palavras do nobre Deputado Coruja, e votamos a favor da matéria.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para falar contra, concedo a

palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, reputamos esta matéria de extrema importância, mas não

concordamos com ela por duas razões. Primeira: ela ser incluída no pacote do PAC.

A questão da TV digital não tem nada a ver com o Programa de Aceleração do

Crescimento. Segunda razão: essa matéria não pode ser tratada por meio de

medida provisória, mas de projeto de lei. O estabelecido pela Constituição deixa

bem claro que matéria dessa ordem só pode ser tratada por meio de projeto de lei.

A medida provisória é hoje a forma que o Executivo usa para pautar esta

Casa. Somos automaticamente pautados pelo Executivo, que faz gato e sapato da

Câmara. Amanhã voltarão para cá duas outras medidas provisórias que estão no

Senado Federal. Portanto, a pauta continuará travada.

Na semana que vem teremos duas outras MPs na pauta travada desta Casa.

Na verdade, estamos a reboque da vontade do Executivo. É isso que quero deixar

bem claro. Talvez não tenha divergência quanto à matéria, mas, sim, quanto ao

aspecto administrativo da tramitação da pauta da Câmara dos Deputados por

intermédio de medidas provisórias.

Sr. Presidente, desde o início da sua gestão houve apenas uma semana em

que a pauta não esteve travada; nas demais, a pauta esteve travada. Temos

acompanhado a pressão que o Presidente Arlindo Chinaglia tem exercido no sentido

de colocar em pauta matéria que não seja MP, mas não vai conseguir. Por quê?

Porque existe uma enxurrada de medidas provisórias aguardando ser inseridas na

pauta, que será trancada por elas, enquanto outros projetos de lei extremamente

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

importantes, propostas de emenda constitucional, projetos de decreto legislativo,

enfim, várias outras matérias não podem ser apreciadas.

Esta Casa está-se desqualificando, se desvalorizando. Nós só recuperaremos

o nosso valor na hora em que tivermos peito e hombridade de rejeitar uma medida

provisória pela inconstitucionalidade. Aí, então, o Executivo passará a respeitar a

Câmara. Nós, elaboradores da Carta Constituinte ou que apresentamos as emendas

e juramos respeitar a Constituição, a desrespeitamos a todo momento, a todo

instante, todos os dias. Por isso, não valemos nada. Infelizmente, corroboramos

para nada valer. Deixamos nosso trabalho ser submetido à vontade do Executivo. O

rei manda e desmanda, faz o que quer, e esta Casa acaba sucumbindo.

Está na hora de acordarmos para a realidade. Ou valeremos alguma coisa a

partir do momento em que tivermos nossa independência declarada e imposta neste

plenário ou continuaremos sendo vilipendiados pela opinião pública, rebaixados à

condição de nada valer porque não nos impomos. Aceitamos passivamente a

vontade do Executivo, que faz o que bem entende.

O próprio salário mínimo, em discussão em uma Comissão Especial, agora

será apreciado por este Plenário por meio de medida provisória, na qual não se

discute a questão fundamental dos aposentados e pensionistas, cujos salários serão

achatados. A cada novo ano grande número de aposentados que recebia um pouco

mais de um salário mínimo passará a receber apenas esse piso.

Aliás, amanhã, no Auditório Nereu Ramos, a partir das 10h, haverá reunião da

COBAP, quando teremos oportunidade de cobrar da Câmara, porque a

responsabilidade que impusemos ao Executivo não é só dele, mas também nossa.



É preciso que esta Casa se torne altaneira, seja propositiva e não apenas se

deixe ficar a reboque do Executivo, que está com altos índices de popularidade. Existe uma gangorra: enquanto o Executivo está bem, o Legislativo está mal. É isso

o que eles querem: continuar bem a custa do nosso sacrifício.

Nós, representantes do povo, eleitos para isso, não estamos sabendo nos impor e exigir a nossa conquista.

Por isso, Sr. Presidente, dizemos "não" à constitucionalidade de uma medida provisória cuja matéria deveria ser tratada especificamente por meio de projeto de lei. V.Exa. poderão votar, mas tenham consciência de que estarão sonegando direito basilar da democracia: o respeito à Constituição brasileira.

O SR. JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o PT.

O SR. NILSON PINTO (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, segui orientação da Liderança do PSDB.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para falar a favor da matéria,

concedo a palavra ao Deputado Décio Lima.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é

apenas para dizer "sim" e não nos tornarmos repetitivos. Em que pesem os

argumentos do ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá, há que contestá-los de forma

veemente, porque a discussão é o juízo de admissibilidade. Aí estão os requisitos da

legalidade, da constitucionalidade. Há proteção constitucional. Apesar de todos os

argumentos contra as medidas provisórias, não podemos admitir qualquer

possibilidade de não estarem presentes os pressupostos para esta Casa receber

essa MP.

Sr. Presidente, nossa bancada vota "sim", porque é preciso entender que,

pela estrutura do Congresso, o sistema bicameral, o País seria ingovernável se o

Executivo não tivesse a sua disposição as medidas provisórias.

Portanto, votamos "sim", para logo chegarmos ao mérito dessa decisão tão

importante que a Casa irá tomar hoje.

O SR. JOÃO CAMPOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, nas votações anteriores, votei com o partido.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PFL?

O SR. FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, é importante que a população brasileira, mais uma vez,

tome conhecimento, por meio desta sessão, de que nada temos contra o mérito da

matéria. Entramos, como outros partidos, com uma ADIN, porque não é

constitucional o Governo legislar sobre matéria como essa por meio de medida

provisória. Deveria tramitar nesta Casa um projeto de lei com a participação do

Parlamento, com a contribuição dos partidos que compõem a Câmara. A intenção

seria a melhor possível: a vontade de contribuir, tornar esse projeto digno da

população brasileira e daqueles que vão auferir os investimentos.

Por outra lado, essa medida provisória institui um tributo ao INPI, sendo que é

vedada, constitucionalmente, a criação de tributo por meio de MP.

Ora, é como disse o Deputado Arnaldo Faria de Sá: precisamos ter coragem

para rejeitar uma medida provisória por inconstitucionalidade. Por enquanto,

continua mandando o Governo.

Por isso, Sr. Presidente, nossa orientação é votar "sim" quanto ao mérito da

questão.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

O SR. RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero justificar minha ausência nas votações anteriores, a qual se

deu em razão de eu ter estado presidindo a Mesa do Seminário Internacional Efeitos

da Radiação Eletromagnética Sobre a Saúde e o Meio Ambiente — aliás, aberto por

V.Exa.

Se estivesse presente, teria votado de acordo com a orientação do meu

partido.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como V.Exa. orienta a bancada do

PSDB?

O SR. RAFAEL GUERRA - Quem vai orientar a bancada é o Vice-Líder,

Deputado Leonardo Vilela.

Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PSDB?

O SR. LEONARDO VILELA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, como foi feito um acordo e o PSDB contribuiu para aprimorar o

parecer, o PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pois não.

Como vota o PV?

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o PV cumprimenta o Plenário pelo acordo firmado, que atende a todos

os que têm interesse no bem do País. Por esse motivo, o PV vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota a Liderança da Minoria?

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, este é um momento especial. Se V.Exa. observar bem, verá que a

admissibilidade da matéria, por conta do acordo firmado, de um entendimento

político-jurídico, foi consentida, embora devesse ser tratada por meio de projeto de

lei.

Penso, portanto, que o sobrestamento da pauta por medidas provisórias e a

consequente obstrução da discussão de muitas outras matérias, inclusive das que

V.Exa. quer colocar em votação, deve ser objeto de reunião de Líderes o quanto

antes, para que, acerca do tema, possamos fechar acordo, tal qual firmamos agora,

a fim de evoluirmos nas votações, pois o Brasil precisa de renovação jurídica em

vários campos.

Curiosamente, Sr. Presidente, votamos pela admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PSOL?

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

ouvido, e o PSOL, partido menor ainda, também não. É duro ser a minoria da

Sr. Presidente, fala-se tanto em acordo, mas o PPS já declarou aqui que não foi

Minoria.

Pior ainda é não ter opinião sobre as questões. Mas nós temos opinião sobre

o mérito da proposição. Vimos que a renúncia fiscal nela prevista não é sequer

estimada. Diz o texto apenas que será de pouca monta, já que a maior parte das

empresas está-se implantando agora no País. Reitero, entretanto, que PIS e

COFINS também fazem parte dessa isenção, o que também pode trazer problemas.

Vamos encaminhar, inclusive, uma declaração de voto por escrito, mais

longa, quanto ao mérito da matéria.

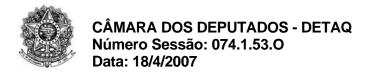
Admissível é, mas questionável também.

Sr. Presidente, é bom que os acordos sejam plenos e não excluam ninguém

da discussão, inclusive de emendas assimiladas; senão eles são celebrados apenas

entre a grande base governista e a Oposição mais poderosa. Nós também temos

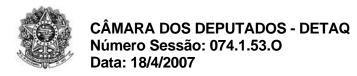
visão crítica e queremos participar!



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que forem a favor do parecer do Relator na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o projeto de lei de conversão oferecido pelo Relator da Comissão Mista, ressalvados os destaques, com a inclusão no texto da Emenda nº 54, acolhida posteriormente pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que forem pela aprovação do projeto de lei de conversão permaneçam como se acham. (Pausa.)

APROVADO.

Muito bem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento de destaque no seguinte teor:

"Sr. Presidente, requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da Emenda nº 34 apresentada à Medida Provisória nº 352, de 2007".

Assina o Líder do PPS.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja,

que falará a favor da matéria.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, foi feito aqui um belo acordo, em razão do qual acatou-se a emenda do

Deputado Julio Semeghini que determina a ampliação da isenção tributária para

empresas de informática, a fim de propiciar a inovação tecnológica.

É evidente que o Brasil precisa trabalhar nessa linha. Mas quero chamar

atenção para a maneira como são tratadas as questões neste País. Ontem, votamos

o destino do dinheiro do FGTS e permitimos que empresas o utilizem para construir

pontes e estradas. Hoje de manhã, na Comissão de Finanças e Tributação, estava

em pauta um projeto que permitia que o trabalhador utilizasse o dinheiro do seu

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para fazer sua casa no campo — para o

trabalhador urbano isso já é possível, porque está na cidade; já o trabalhador rural

não pode fazer isso.

Vejam só: o trabalhador não pode usar seu Fundo de Garantia do Tempo de

Serviço para construir sua própria casa, mas esse dinheiro pode ser destinado a um

fundo, e depois uma empresa vai utilizá-lo para construir a casa dele. Da mesma

forma, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço não pode ser utilizado para pagar

a faculdade de um filho, mas pode ir para a empresa.

Toda semana nós concedemos isenção para alguma empresa ou setor — por

justica, evidentemente.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

Estamos apresentando uma emenda, de autoria do Deputado Cezar Silvestri,

que concede isenção tributária para equipamentos hospitalares que não tenham

similares no País.

Ora, é claro que há uma crise no setor hospitalar brasileiro! O SUS não

corrige a tabela há muitos anos. Temos que ter sensibilidade para questões como

saúde e educação. Caso contrário, o discurso de que essas são prioridades do

Governo não vale.

O Brasil tornou-se um país que só se preocupa com o sistema financeiro —

não é seguer com o setor produtivo que ele se importa. Arrecadamos muitos tributos

e os transferimos em grande parte para esse setor: nos 4 anos do segundo Governo

Fernando Henrique foram transferidos 500 bilhões e outro tanto nos primeiros 4

anos do Governo Lula. Há uma brutal transferência para o setor financeiro, e não

podemos conceder isenção para equipamentos hospitalares, nem mesmo permitir

que o pobre utilize dinheiro do FGTS para pagar a escola de um filho. Não, isso não

pode!

Por isso, mantivemos o destaque.

Enaltecemos o acordo e solicitamos que da próxima vez também possamos

dele participar.

Pedimos o apoio dos Deputados para nosso destaque, em especial aos

membros da Frente Parlamentar da Saúde, dos quais há mais de 200 presentes

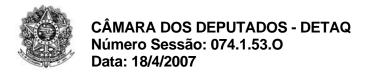
neste plenário.

Wontageni. 417 1/4170

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Deputado Átila Lins, Relator da matéria.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apesar de reconhecer o mérito da emenda, que pretende conceder incentivos fiscais para os fabricantes de equipamentos hospitalares, a Relatoria entendeu que esse dispositivo estava fora do contexto, uma vez que a medida provisória em apreciação trata de tevê digital.

Achei que não era de bom alvitre o Relator introduzir uma matéria completamente estranha à proposição. É esse o motivo por que a rejeitei.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD

REDAÇÃO FINAL

Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PSDB?

O SR. LEONARDO VILELA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, cumprimento os Líderes da Oposição — Deputado Fernando

Coruja, do PPS, e Deputado Fernando de Fabinho, Líder em exercício do

Democratas — e a Liderança da base do Governo pela sensibilidade que nos

permitiu realizar um acordo que foi bom para o País. Aprimoramos o parecer. Nós, o

PSDB, tivemos a oportunidade de contribuir para melhorar o parecer à Medida

Provisória nº 352.

Isso mostra a disposição do PSDB de continuar votando. Fazer uma oposição

coerente, consistente, propositiva, com compromisso com o País e com a

modernidade é o que pretendemos. Esse é o DNA tucano.

Agora queremos fazer um apelo aos Líderes da base do Governo para que

apresentem os pareceres às Medidas Provisórias nºs 340 e 351, a fim de que

possamos continuar trabalhando para desobstruir a pauta. Queremos votar.

Queremos terminar a votação das medidas provisórias relativas ao PAC e

esperamos que os Relatores dessas proposições distribuam os pareceres o mais

rapidamente possível, para que possamos fazer nosso trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PFL?

O SR. FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, foi feito um acordo. Acredito que houve um lapso por parte

dos Líderes na hora de verificar os destaques e por isso foi mantido o destaque do

PPS.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

REDAÇÃO FINAL

No mérito, entendo que a matéria tende a contribuir, apesar de não concordar

com o Relator, quando afirmou que se trata de matéria um tanto fora do contexto.

Medidas provisórias já vieram para esta Casa com tantas matérias esdrúxulas! E nós

as aprovamos.

Aprovar emenda que concederá benefícios a empresas de produção de

equipamentos na área de saúde é importante.

Por isso, nosso partido vota a favor da emenda do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, estamos constatando que existe uma cláusula de barreira para

certos acordos de plenário. O PPS, o PSOL e talvez outros partidos ficaram

excluídos.

Essa emenda destacada pelo PPS tem mais um valor simbólico e

pedagógico. Quando operarmos nessa linha da isenção fiscal para o capital, por um

dever de justiça, inclusive pelo preceito constitucional da função social da

propriedade, temos que pensar também nos outros elementos que a emenda

destaca, como a isenção fiscal para material hospitalar. É óbvio que não chega a ser

tão estranha quanto à minimização do aleitamento materno contida na medida

provisória de habitação, aliás, derrubada pelo Senado Federal.

De qualquer maneira, orientamos a favor muito mais como uma denúncia, um

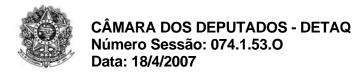
repto, para que o acordo seja pleno e que todas as representações da Casa, por

menores que forem — são representações parlamentares de parcela da população

brasileira —, sejam ouvidas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize o registro nos Anais da Casa do meu voto declarado em relação a essa matéria com mais detalhes e mais minúcias.

VOTO A QUE SE REFERE O ORADOR



(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 356 A 356-A)

O SR. WLADIMIR COSTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WLADIMIR COSTA (Bloco/PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei conforme orientação do meu partido, o PMDB.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como orienta a Liderança do PPS?

O SR. HUMBERTO SOUTO (PPS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PPS tem colaborado em tudo o que é possível para o bom

andamento dos trabalhos da Casa.

V.Exa., sendo médico, sabe que nada é mais justo e mais importante do que

essa emenda apresentada pelo PPS. Os hospitais estão quebrados. Há 12 anos, o

SUS não modifica suas tabelas. Uma consulta médica pelo SUS custa 2 reais. Essa

situação levou os hospitais à falência absoluta.

No Brasil dá-se isenção para tudo, mas não há preocupação com os hospitais

e a saúde.

Independentemente de partido político, de sermos Oposição ou Governo, não

é possível não nos sensibilizarmos — principalmente a Frente Parlamentar da

Saúde — com essa emenda. Ela não é contra o Governo, nem contra ninguém, mas

a favor dos hospitais e da saúde da população brasileira.

O PPS conclama a Casa para votar esse destaque, que tem o objetivo de dar

isenção fiscal aos equipamentos médico-hospitalares, como já foi feito com outros

produtos aprovados nesta Casa.

É um apelo em nome da justiça, independentemente de partido político, de

qualquer posição partidária; é a favor do Brasil e dos hospitais.

Não adianta dizermos que estamos a favor da Frente Parlamentar da Saúde e

não fazermos nada. Somos quase 200 Deputados nessa Frente. Em um momento

como este, não devemos ficar amedrontados, agachados. Devemos ter coragem de

mostrar, pelo menos, nossa independência. Vamos levar ao interior do País o

mínimo de alento aos hospitais, para que eles possam continuar abertos. Na

verdade, dezenas de hospitais são fechados diariamente em decorrência da maneira

como são tratados pela política de saúde no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PROFESSOR SETIMO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PROFESSOR SETIMO (Bloco/PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, meu voto é de acordo com o partido.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 074.1.53.0

Data: 18/4/2007

Tipo: Ordinária - CD

REDAÇÃO FINAL

Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota a Liderança da Minoria?

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, além da relevância da matéria que acabamos de votar, fortalecida e

aprimorada pela sugestão acolhida pelo Governo, acabamos de viver um momento

político importantíssimo, exemplar.

O Governo tinha a voracidade de querer fazer com que as matérias trazidas

ao plenário fossem votadas de afogadilho, num rolo compressor, como se costuma

dizer. Quando se pediu um pouco de paciência, para que uma proposta dentre as

emendas pudesse ser melhor compreendida, começamos a verificar a diligência

eficaz de vários personagens que atuam com responsabilidade no plenário.

Refiro-me aos Deputados Beto Albuquerque e José Múcio Monteiro. Todos os

líderes da Oposição e os Deputados interessados começaram a convergir para uma

discussão eficaz, presidida pelo interesse público, o que culminou com uma votação

quase que por unanimidade.

Sr. Presidente, gostaria de lembrar que temos um sem-número de medidas

provisórias. Com esta estatística de uma medida provisória por dia, em duas ou três

semanas concluiremos a votação das medidas provisórias, sem contar as que virão

do Senado.

Precisamos aproveitar este momento e criar um grupo de trabalho para

podermos votar as medidas por acordo, absorvendo uma ou outra proposta. É uma

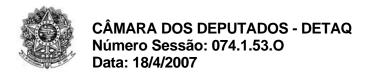
questão de lucidez política.

Muito obrigado.

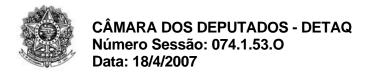
O SR. NELSON BORNIER - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NELSON BORNIER (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nas votações anteriores, votei com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que forem pela aprovação da emenda permaneçam como se encontram. (Pausa.)

REJEITADA.

Data: 18/4/2007

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171/4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há sobre a mesa destaque do PR.

Nobre Deputado Bilac Pinto, V.Exa. retira o destaque?

O SR. BILAC PINTO (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, em função do acordo feito entre as lideranças partidárias, envolvendo

Oposição e Governo, retiro o requerimento.

Quero destacar a maturidade política que obtivemos nesta tarde na Casa.

Oposição e Governo, em demonstração de coerência, acordaram em acatar a

Emenda nº 44, do Deputado Julio Semeghini, segundo a qual as empresas que, de

certa forma, participam da Lei de Informática poderão também participar das

prerrogativas da Lei de Inovação Tecnológica. Mas será preciso também ampliar a

discussão sobre a produção do SetTopBox, que, de acordo com o Relator, Deputado

Átila Lins, ficou efetivamente restrito ao Estado do Amazonas.

Retiro o destaque. Deixo, porém, aberta a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O nobre Deputado Bilac Pinto

retirou o destaque.

O SR. EDSON DUARTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDSON DUARTE (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, na votação anterior, votei com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há sobre a mesa e vou submeter a

votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.

O SR. NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, na votação anterior, segui a orientação da bancada.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.